



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Política de Incentivo ao Investimento: implicações para o Desenvolvimento Sustentável do Município do Barreiro

Nádia Filipa Nicolau Leitão

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Luís Capucha, Professor Catedrático,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Política de Incentivo ao Investimento: implicações para o
Desenvolvimento Económico do Município do Barreiro**

Nádia Filipa Nicolau Leitão

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Luís Capucha, Professor Catedrático,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimento

Concluir a minha tese de mestrado tem sido como escalar uma montanha. Uma jornada intensa, repleta de desafios, mas indescritivelmente gratificante quando se alcança o cume. Nesta escalada, não estive sozinha. Encontrei rostos, conhecidos e novos, que se juntaram a mim nesta subida, desempenhando papéis inestimáveis na jornada.

Primeiro, aos meus pais, que foram a base da minha escalada. A fé inabalável em mim, amor e apoio constante foram pilares sólidos nesta caminhada. Além disso, agradeço por terem cuidado dos meus filhos, permitindo-me a liberdade de me dedicar aos estudos.

Dedico a vista do topo da montanha aos meus filhos. Que esta realização sirva para inspirá-los a escalar as próprias montanhas e a enfrentar os próprios desafios. Lembrem-se de que estarei sempre ao lado ao vosso lado, a apoiar cada passo que derem e a incentivar-vos a ir sempre mais alto.

Aos meus amigos, que foram o meu sistema de segurança durante a subida, agradeço aos que estiveram sempre prontos para me içar quando os desafios tornavam a escalada complicada, o encorajamento e palavras sábias foram essenciais para mim.

Também quero destacar os meus colegas da Câmara Municipal do Barreiro, os que me ofereceram orientação, apoio e recursos valiosos para a minha pesquisa.

E, claro, ao professor Luis Capucha, o meu orientador, o guia experiente desta escalada académica.

A conclusão desta tese é um testemunho da minha jornada e da minha capacidade de superação. Espero que este trabalho possa contribuir para a área do conhecimento e inspire futuros investigadores na área social.

Agora, é tempo de olhar para a próxima montanha a ser escalada, o próximo desafio a ser superado.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo central a avaliação de uma política pública específica, nomeadamente o Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento, no contexto da cidade do Barreiro, Portugal. A análise é estruturada com base num diagnóstico do contexto histórico, económico e social da cidade, traçando a sua evolução desde uma sociedade agrária até se tornar uma cidade industrial vibrante. Um enfoque particular é direcionado para o papel influente do grupo CUF e para a ascensão e declínio da empresa Quimigal no cenário industrial, bem como para as implicações socioeconómicas adversas decorrentes do encerramento da Quimigal.

Não me restrinjo a examinar apenas a eficácia da política em estudo em impulsionar o desenvolvimento económico, mas como este produz capacidade de lidar com as questões sociais e preocupações identificadas no diagnóstico. Ao longo do estudo, é realizada uma análise da implementação prática da política, investigando as métricas que poderão ser utilizadas para avaliar o seu impacto e os resultados tangíveis alcançados até à data.

No âmago da dissertação reside a procura por conclusões robustas e recomendações fundamentadas. O estudo culmina com a identificação das lacunas, dos sucessos e dos desafios da política pública em análise, e com base nessas avaliações, são formuladas recomendações para potenciais adaptações, assegurando que esta política seja uma ferramenta eficaz para fomentar o desenvolvimento económico e o bem-estar social na cidade do Barreiro, de acordo com as necessidades identificadas no diagnóstico.

Abstract

The central aim of this dissertation is to evaluate a specific public policy, namely the Municipal Regulation on Investment Incentives, in the context of the city of Barreiro, Portugal. The analysis is structured based on a diagnosis of the city's historical, economic, and social context, tracing its evolution from an agrarian society to a vibrant industrial city. Focus is directed towards the influential role of the CUF group and the rise and decline of the Quimigal company on the industrial scene, as well as the adverse socio-economic implications arising from the closure of Quimigal.

I do not restrict myself to examining only the effectiveness of the policy in boosting economic development, but how it produces the capacity to deal with the social issues and concerns identified in the diagnosis. Throughout the study, the practical implementation of the policy is analysed, investigating the metrics that could be used to assess its impact and the tangible results achieved to date.

At the heart of the dissertation lies the search for robust conclusions and well-founded recommendations. The study culminates with the identification of the gaps, successes and challenges of the public policy under analysis, and based on these assessments, recommendations are formulated for potential adaptations, ensuring that this policy is an effective tool for fostering economic development and social well-being in the city of Barreiro, in line with the needs identified in the diagnosis.

Índice

Agradecimento	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de Figuras	v
Índice de Tabelas	v
Glossário de siglas	vi
CAPÍTULO 1	1
Introdução	1
1.1. Diagnóstico – Caracterização da Cidade do Barreiro	3
1.2. Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento	23
CAPÍTULO 2	35
Políticas Públicas, mudança e avaliação	35
2.1. Políticas Públicas	35
2.3. Metodologia em Serviço Social	39
Conclusão	43
Referências Bibliográficas	47
ANEXO A: Transcrição da Entrevista ao Vice-presidente da Câmara Municipal do Barreiro	53

Índice de Figuras

FIGURA 1 -TAXA DE DESEMPREGO 2011 - 2021 AML	8
FIGURA 2 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA À DATA DOS CENSOS [2021] (NUTS - 2013)	14
FIGURA 3- BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, 2018-2021	19
FIGURA 4 - TAXA DE ANALFABETISMO, CONTINENTE, AML, CONCELHO, 2011 – 2021	21
FIGURA 5 - PERFIL DAS EMPRESAS EM ESTUDO	32

Índice de Tabelas

TABELA 1 - INDICADORES DE DIMENSÃO DA CUF	5
TABELA 2 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 A 64 ANOS	8
TABELA 3 - Nº DE HABITANTES NA CIDADE DO BARREIRO (POPULAÇÃO RESIDENTE)	11
TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE: TOTAL E POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (%)	12
TABELA 5 - EIXO 3 – EMPREGABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO PDS 2017-2020	25
TABELA 6 - MAPA REGISTO INCENTIVO AO INVESTIMENTO	31
TABELA 7 - FATORES ASSOCIADOS À EMPREGABILIDADE INTERATIVA E MULTIDIMENSIONAL	38

Glossário de siglas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APL – Administração do Porto de Lisboa

ARU – Área de Reabilitação Urbana

CLASB - Conselho Local de Ação Social do Barreiro

CMB – Câmara Municipal do Barreiro

CUF – Companhia União Fabril

DGT – Direção Geral do Território

DS 2022 - Diagnóstico Social de 2022

INE – Instituto Nacional de Estatística

PDM – Plano Diretor Municipal

PROTAML – Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

RSB – Rede Social Barreiro

CAPÍTULO 1

Introdução

O Barreiro foi, durante várias décadas no início do século XX a “capital da industrialização” em Portugal, com destaque até internacional, tendo recebido no decorrer desse século o êxodo de várias famílias oriundas das Regiões do Algarve, Alentejo, Beiras e de Trás-os-Montes que vinham à procura de postos de trabalho, quer inicialmente na Indústria da Cortiça e dos Caminhos-de-Ferro, ainda no final do século XIX, quer posteriormente na grande fábrica do Grupo CUF (Almeida, 1993).

A demografia do concelho foi sempre crescente, acompanhando as alterações socioeconómicas/industriais que o território observou, desde a década de 1860 até à nacionalização do Grupo CUF em 1975. Esta marca temporal marcou o início da desindustrialização do Barreiro e de perda da população na década de 1980, até 2011 (Barata & Gautier, 2005).

Outra herança, não tão positiva face à industrialização, é o impacto que a mesma teve no meio ambiente circundante. Quem residiu na cidade, recorda-se de circular com lenços a tapar a boca e o nariz, para não respirar o fumo que era visível, ou mesmo tentar disfarçar o cheiro proveniente de químicos das fábricas.

Posteriormente, a localidade, que era central na acessibilidade Norte-Sul do país, seja ela através dos caminhos ferroviários, seja fluvial, deixou de ser central na ligação a Faro no início dos anos 2000, quando os comboios para o Algarve passaram a parar no Pinhal Novo.

Perante este cenário de perda de população, de acessibilidades e de danos ambientais severos, a Câmara Municipal de Barreiro sentiu necessidade de recuperar a economia local, permitindo que a cidade volte a crescer e a garantir melhor qualidade de vida aos seus munícipes, bem como atrair mais pessoas.

O Município desenvolveu, assim, uma política de incentivo ao investimento, com o objetivo de promover o desenvolvimento económico local. Esta política inclui a concessão de taxas reduzidas, isenções de impostos, entre outros. Será que a política tem ajudado a promover o desenvolvimento económico local, através da geração de emprego e riqueza?

Neste trabalho proponho a análise da Política Pública de Incentivo ao Investimento que foi criada em 2020 na cidade, e verificar como podemos medir o impacto que a mesma teve até ao momento, tendo como guia os objetivos que estiveram na origem da sua criação.

A investigação social envolve o estudo de fenómenos sociais para compreender as suas causas, efeitos e padrões (Blaikie, 2000). Início o trabalho com um diagnóstico de caracterização da cidade do Barreiro; identifiquei os principais problemas que essa política pública se propõe resolver e apresento o contexto e os diferentes intervenientes na aplicação dessa mesma política.

Por fim, proponho ações que poderão ser consideradas para melhoria da política pública, caso se considere necessário.

Com base em diferentes referências bibliográficas, espera-se que esta tese contribua para uma melhor compreensão dos incentivos fiscais como instrumento de promoção do investimento e do desenvolvimento económico, e para a avaliação do impacto esperado do Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento no Desenvolvimento Económico do Território do Barreiro, no contexto das políticas públicas municipais de desenvolvimento económico. A criação e implementação de incentivos fiscais pode, potencialmente, ajudar a promover investimento, desenvolvimento económico e melhorias sociais no Barreiro. No entanto, a sua eficácia é vista como um tema complexo e controverso.

1.1. Diagnóstico – Caracterização da Cidade do Barreiro

1.1.1. Contexto Histórico e Económico

O Município do Barreiro pertence ao distrito de Setúbal e à região da Área Metropolitana de Lisboa (AML), NUT III. Tem 36,41 km² de área e 78.359 habitantes (censos 2021) e está dividido em 4 freguesias (reorganização Administrativa de 2013): União das Freguesias do Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena; União das Freguesias de Barreiro e Lavradio; União das Freguesias de Palhais e Coina; Freguesia de Santo António da Charneca.

Situando-se na bacia hidrográfica do Tejo, as suas fronteiras são a Norte, o Rio Tejo, a Oeste um canal do mesmo rio que o separa do município do Seixal e onde desagua a ribeira de Coina, a Sul os concelhos de Palmela e de Sesimbra e a Este o concelho da Moita.

Atualmente uma zona urbana, classificação essa que remonta a 31 de dezembro de 1964, o Barreiro tinha a classificação de rural, primeiro de 2^a ordem e depois de 1^a ordem, até à data referida.

Crê-se que o nome da cidade tem origem na natureza geológica do seu solo, uma vez que uma parte do subsolo detém muitas áreas de massas argilo-siliciosas (Pais, 1963). João Baptista Lima defendia que na margem sul do Tejo *“as povoações tomaram o nome dos terrenos ou coisas que neles abundavam.”* (Lima, 1963, p. 37).

Até 1926, o Barreiro pertenceu ao distrito de Lisboa, sendo que com a criação da divisão administrativa de Setúbal em dezembro desse ano, passou a integrá-la, tal como acontece nos dias de hoje.

Os principais recursos do Barreiro eram: a água (com qualidade para ser consumida, com 16 poços ao longo da Vila), o Tejo (rico em recursos piscatórios que alimentavam a população), a agricultura (face a outras cidades da região sul, caracterizava-se pela vasta extensão de propriedade rurais com variedades de culturas, produções que permitiam a exportação para países em 3 continentes diferentes), a acessibilidade (linhas ferroviárias - os caminhos de ferro do Sul e Sueste capitalizaram a modernidade na cidade, marítimos e fluviais – a empresa Londrina Cork Company possuía um cais e uma ponte na Quinta de Braamcamp, que servia cargas e passageiros) (Barata & Gautier, 2005).

A rede ferroviária foi um importante fator de desenvolvimento, o que face aos quilómetros construídos absorvia muita mão-de-obra, população que se instalava na cidade. Com a proliferação dos caminhos de ferro, também se desenvolveram os barcos a vapor, o que veio a trazer oficinas de construção naval.

O Barreiro tem a construção da sua primeira Estação de Caminhos-de-Ferro, atual edifício das oficinas da CP, em 1859. E a inauguração da Linha Sul e Sueste em 1 de fevereiro de 1861, vendo-se obrigado a construir uma segunda estação em 1884, pela mão do Eng.º Miguel Paiz, pressionado pela necessidade do escoamento da indústria corticeira em ter um terminal Ferro/fluvial (Pimenta, 1886).

Em 1884, a economia local enriqueceu ainda mais com a acomodação da seca do bacalhau, referem Barata & Gautier. O Barreiro torna-se um elo importante de abastecimento comercial para Lisboa, ficando dependente das necessidades de consumo da metrópole.

Estas necessidades vieram intensificar o processo de industrialização, mas também o movimento comercial, principalmente de matéria-prima para o Alentejo (cortiça, descasque de arroz, moagem, massas, serração de madeiras e cordoarias) (Barata & Gautier, 2005).

Alfredo da Silva, nome icónico na história da cidade e da indústria em Portugal, trouxe notoriedade e muita dinâmica à industrialização do Barreiro. Nascido em 1871, concluiu curso no Instituto Comercial e Industrial de Lisboa em 1892, com mérito de melhor aluno (Mendes & Faria, 2010) (Barata & Gautier, 2005).

Terminado o curso, o seu percurso profissional é exercido na Companhia de Ferro de Lisboa, no Banco Lusitano e na Companhia Aliança Fabril (CAF). Assumiu a administração da CAF, onde se produziam óleos alimentares, sabão e velas de estearina, localizada na zona de Alcântara, empresa que foi adquirida em 1898 pela Companhia União Fabril (CUF), que produzia os mesmos produtos (Neves P., 2010).

A partir dessa aquisição, referem Mendes & Faria, Alfredo da Silva destacou-se na gestão da nova CUF, que se deparando com a necessidade de expansão da atividade face à procura por parte do mercado, essencialmente de adubos químicos, aumentou a sua capacidade produtiva entrando em novas linhas de produtos: adubos, produtos químicos de base, têxtil de junta, metalomecânica e construção naval (Neves P., 2010).

Em 1907, adquire a fábrica de azeite de Alferrarede, em 1908, face a este crescimento, instalou um complexo fabril no Barreiro.

A localização foi estrategicamente selecionada face às características assinaladas previamente: acessibilidade (ferroviária e fluvial), abundância de água, proximidade do consumidor (Lisboa e Alentejo), das matérias-primas e da mão-de-obra.

Em 1911, constrói a fábrica de sabões do Freixo; em 1916 adquire a fábrica da tecelagem do Rato; em 1929, constrói a fábrica de azeite em Mirandela e, em 1937, inicia a exploração do Estaleiro Naval da Administração Geral do Porto de Lisboa, aumentando a área de construção e reparação naval, já existente no Barreiro desde 1920 (Neves P., 2010, p. 40).

Com presença em diferentes cidades (Barreiro, Alferrarede, Porto, Mirandela, Canas de Senhorim e Soure) e proprietária de depósitos em Lisboa, Porto e Coimbra, com rede de comercialização própria, a CUF em 1919 iniciou a formação do Grupo CUF.

Aumentou também o seu espólio de produtos, nomeadamente o tabaco, constituindo a Tabaqueira (1927), entrando na década de 1940 na atividade seguradora com a constituição da Companhia de Seguros Império, no capital da Companhia Portuguesa do Cobre e constituindo a Empresa do Cobre de Angola e a União Fabril de Azoto. Em 1972, já contava com 19 empresas associadas. (Neves P., 2010).

Assim, a CUF foi o grande impulsionador da industrialização e desenvolvimento não só no Barreiro, mas de Portugal, considerado a capital industrial e um instrumento importante de modernização do país. Aquando da 2ª Revolução Industrial mundial, Portugal, apesar de não acompanhar os países mais desenvolvidos, entre a década de 50 e 60, com base no plano de fomento industrial, conseguiu diminuir as importações em 20%, incrementar a economia 4,6% ao ano em média, o PIB per capita 5.6% e a produtividade em 3.5% (Mendes & Faria, 2010) (Neves D. L., 2010). Alfredo da Silva deu um importante contributo, já que *“A CUF controlou 50% da produção nacional de adubos químicos até final da II Guerra Mundial.”* (Neves D. L., 2010, p. 111).

A Revolução Industrial, segundo o historiador Claude Fohlen, referido por Mendes, é entendida por fatores endógenos: técnica e tecnologia, invenção e inovação; acumulação de capital e investimento, crescimento da população; e por fatores exógenos: revolução agrícola, crescimento da população, função da educação, ação do Estado (Mendes, 2010, p. 78).

Com a CUF, no Barreiro há um movimento de migração da mão-de-obra das atividades agrícolas e piscatórias para as unidades fabris. Assim, face a este cenário, na economia da vila as atividades agrárias e marinhas foram perdendo importância, nomeadamente na captação de mão-de-obra, pois na indústria os vencimentos não dependiam das condições climatéricas e eram regulares.

Alfredo da Silva falece em agosto de 1942 e as atividades da CUF prosseguem pelos seus sucessores, sob o seu lema «Mais e Melhor» (Neves D. L., 2010).

Na década de 1950, a CUF era detentora no Barreiro de 65 fábricas, onde trabalhavam cerca de 11.000 trabalhadores e ocupando uma área de 2.145.000 m² (1.350.000m² de área livre, 650.000m² de zona fabril e 140.000m² de zona social – habitação, centro educativo, parque desportivo, posto médico, refeitórios). Em 1973, estava nos 10 maiores grupos empresariais da Europa e nos 150 maiores do mundo, sendo que o grupo chegou a integrar 150 empresas (Mendes & Faria, 2010), (Neves D. L., 2010).

“Concluindo: o Caminho de ferro do Sul e Sueste, os vapores, a industrialização e a situação geográfica foram os grandes responsáveis pela transformação e desenvolvimento da Vila do Barreiro.” (Barata & Gautier, 2005, p. 61).

Tabela 1 - Indicadores de Dimensão da CUF

	1872/81	1898	1917	1950	1972
Capital Social (contos)	200	500	1200	2000	1200000
Activo (contos)	281	1317	9150	32912	6141662
Vendas (contos)	211	n.d.	n.d.	n.d.	3544960
Trabalhadores	133	n.d.	2112	12560	7978
Unidades Industriais	1	2	6	7	8
Rede de vendas (localidades)	1	3	13	62	63
Empresas associadas	0	0	0	3	19

Fonte: Neves P., 2010, p. 38

“Aquilo que os manuais de história empresarial ensinam sobre a emergência da grande empresa moderna, a partir das últimas décadas do século XX, pode ser constatado, com maior ou menor intensidade, na história da CUF.” (Neves P., 2010, p. 55).

Com a revolução de 1974, a publicação de uma nova Constituição, composição de um novo Governo e a revogação da “Lei das Holdings” (Decreto de Lei nº271/72 de 2/08) foi disposto um plano de desmantelamento do universo empresarial CUF (Gomes, 2010).

“A reação nacional à Grande Depressão, e o conseqüente desenvolvimento de novas formas de intervenção reguladora do poder político sobre o económico, encontra indiscutíveis paralelos com o tempo presente.” (Faria, 2009, p. 9).

Com as nacionalizações e analisando os produtos e indústrias existentes, foi criada uma empresa pública, Empresa Pública Quimigal – Química de Portugal, EP, a partir da fusão de 3 empresas nacionalizadas: Amoníaco Português, Nitratos de Portugal e Companhia União Fabril (Gomes, 2010).

A partir de 1974, com a inadequação entre os custos de produção e os preços praticados, o grave aumento de preço das matérias-primas necessárias e os aumentos salariais, sem repercussão nos preços, a situação financeira da CUF torna-se deficitária, implicando o recurso a empréstimo. Não para expansão do negócio, mas para cobertura do défice oriundos da exploração (Gomes, 2010).

“O serviço da dívida e a inflação transformaram num pesadelo a gestão da Empresa.” (Gomes, 2010, p. 102).

De repente, o Barreiro vê-se entregue a si próprio, com carência de emprego, população a ausentar-se pela falta deste e com o ambiente degradado.

Segundo o Relatório - Plano Diretor Municipal Do Barreiro (Câmara Municipal do Barreiro, 1993), na década de 1980 o concelho do Barreiro sofreu um processo profundo de reestruturação da sua base económica, cujo aspeto mais significativo foi a desativação de uma parte substancial do complexo da Quimigal, com a conseqüente redução de postos de trabalho industriais, que poderá ter significado a redução do emprego na indústria em mais de 30%.

A queda do emprego industrial traduziu-se em importantes fluxos migratórios que inverteram o sentido das décadas anteriores, em conseqüência também do facto do reduzido crescimento da AML se ter concentrado mais fortemente na margem norte, e resultaram num saldo migratório negativo que mais do que absorveu o crescimento natural.

Os empregos nos serviços conseguiram compensar as perdas de emprego na indústria, dando origem ao aprofundamento rápido do processo de terciarização, num contexto de lento crescimento do emprego global. O setor terciário afirmou-se como o grande setor empregador, tendo o emprego assalariado nos serviços comercializáveis aumentado mais de 3/4 entre 1981 e 1991 (Câmara Municipal do Barreiro, 1993, p. 3). Estima-se que o setor terciário represente cerca de 60% do emprego no concelho do Barreiro.

Também está referido no PDM (Câmara Municipal do Barreiro, 1993) que se verificaram dinâmicas de transformação da estrutura empresarial e de reforço do papel das pequenas e médias empresas, como resultado das tendências para a estruturação organizativa das empresas em unidades juridicamente independentes, externalizando as funções não diretamente relacionadas com o seu objeto principal, processo que na Margem Sul se combinou com os efeitos da crise que afetou, principalmente, as grandes empresas do setor da indústria pesada.

“No concelho do Barreiro, os estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores viram duplicar o seu peso relativo no total do emprego, enquanto os do escalão 10-49 trabalhadores aumentaram a sua participação no emprego em 7 pontos percentuais, enquanto se reduzia para metade o peso relativo dos do escalão acima dos 1000 trabalhadores.” (Câmara Municipal do Barreiro, 1993, p. 4).

Após décadas de operação, a empresa Quimigal enfrentou uma crise económica no final dos anos 2010, devido a altos custos de manutenção, reduzida receita e problemas de gestão. Essa crise resultou num processo de insolvência que culminou com o encerramento da empresa em 2015 (Câmara Municipal do Barreiro, 1993).

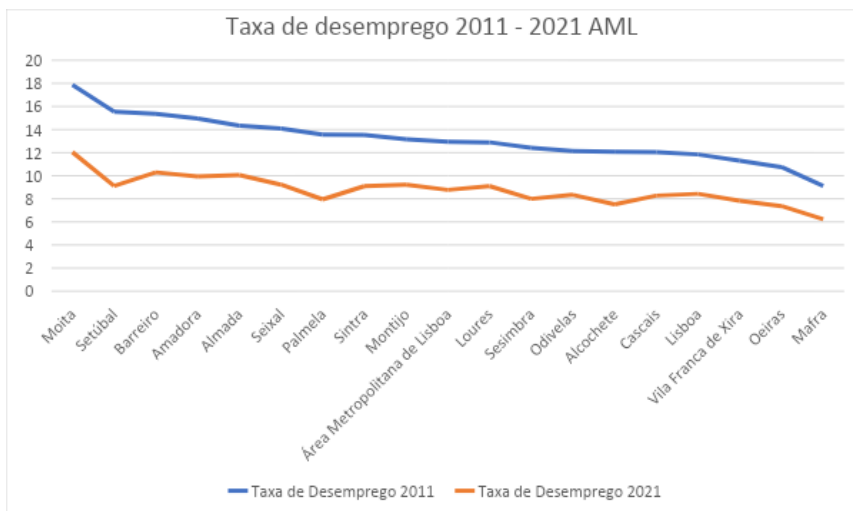
“Em 2020/2021, na Região de Lisboa (AML) residia uma parte substancial da população portuguesa, cerca de 27,75%, onde se localizam 28,26% das empresas do país, representando 35,70% do PIB nacional, 42,89% do VAB, 29,14% do emprego e 29,22% das exportações de bens, concentrando 43,20% da despesa nacional aplicada em investigação e desenvolvimento, como também algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras de Portugal. Importa referir que todos os valores baixaram face ao período transato e em consequência da pandemia.” (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2022, p. 8).

A compreensão do desemprego na AML é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes para a promoção do emprego e do crescimento económico da região.

Em 2011, havia 5.606 pessoas desempregadas na cidade do Barreiro, enquanto em 2021 esse número caiu para 3.639, quase 35% de redução, ligeiramente superior à queda da AML que foi de 33,5% na população desempregada.

No entanto o município continua a apresentar das maiores taxas de desemprego da AML (população desempregada / população ativa) conforme verificamos na Figura 1, apenas superada pela taxa de desemprego de Moita e de Setúbal.

Figura 1 -Taxa de desemprego 2011 - 2021 AML



Fonte: Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 21-04-2023

Ao analisar a evolução do número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (tabela 2), podemos tirar a conclusão de que, em termos nacionais e regionais, houve uma redução do número de trabalhadores entre 1997 e 2022, sendo esta mais acentuada no concelho em questão do que no total da AML.

Tabela 2 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional e em % da população residente com 15 a 64 anos

Territórios/ anos	Desempregados inscritos nos CEFP				Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos	
	Total (em dezembro)		Total (média anual)		2001	2022
	1997	2022	1997	2022		
Portugal	420.800	307.005	442.900,0	305.005,9	4,7	4,6
Área Metropolitana de Lisboa	124.573	78.234	138.048,2	82.306,7	5,0	4,5
Barreiro	4.347	2.589	5.106,3	2.780,8	5,8	5,8

Fonte: PORDATA - Estatísticas sobre Portugal e a Europa, 2023

Como vemos acima na tabela, em Portugal e na AML houve uma queda da taxa de desemprego, e no caso do Barreiro em 2001, a taxa de desemprego foi de 5,8% e em 2022 foi igualmente de 5,8%. Esta taxa de desemprego era superior à média da Área Metropolitana de Lisboa (5,0%) e à média nacional de Portugal (4,7%). Dado que estas taxas não se alteraram significativamente, é possível deduzir que o Barreiro continua a enfrentar um desafio de desemprego, apesar das reduções ao longo dos anos.

Tanto na AML como no Barreiro é visível um aumento na percentagem de desempregados sem nível de escolaridade na Tabela Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo (Pordata, 2023), chegando a 12,23% em 2022 na AML e 10,1% no Barreiro. Os desempregados com escolaridade no nível 'Básico / 1º ciclo' tiveram uma redução

significativa, caindo de 32,85% em 1997 para 10,58% em 2022, houve uma diminuição notável no Barreiro. Os níveis de escolaridade "Secundário" e "Superior" dos desempregados tiveram um aumento constante ao longo dos anos, com valores consideráveis em 2022.

Em todos os territórios, o número de trabalhadores com ensino superior tem crescido consistentemente. O município teve um crescimento considerável no número de trabalhadores com ensino superior, com um aumento de 429 para 1.907, no entanto, tem um número relativamente baixo de número de trabalhadores com este nível de escolaridade em comparação com a AML e Portugal. Somente Sesimbra, Moita e Alcochete apresentam níveis tão baixos relativamente a este nível de escolaridade. Por outro lado, em relação ao ensino básico de 3º ciclo, o Barreiro tem um número significativo de trabalhadores em comparação com outras regiões.

Houve flutuações na distribuição dos níveis de escolaridade ao longo dos anos, mas no geral, parece que os níveis mais altos de escolaridade (Secundário e Superior) tiveram aumento na taxa de desempregados, refletindo também o aumento de escolaridade da população ativa, conforme pude analisar na tabela 'Trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade' (Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 29-08-2023).

Com base nesta análise, pode-se concluir que o nível de escolaridade pode estar associado ao desemprego, no entanto, várias outras variáveis a considerar antes de tirarmos conclusões. Se bem que, é importante continuar a investir em políticas de emprego e formação profissional para garantir a redução do desemprego em todos os níveis de escolaridade. A qualificação profissional e o emprego contam com diversos recursos, incluindo o Serviço de Emprego do Barreiro, os Centros Qualifica, o StartUp Barreiro e a Rede de Empregabilidade Barreiro Moita.

Na tabela 'Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade' ao longo dos anos 1985 e 2021 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023), apesar de apresentar um aumento significativo nos ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem na cidade (era de 214,8€ em 1985 e subiu para 1.192,2€ em 2021), ainda está abaixo da média de algumas outras cidades da AML (cidades como Alcochete, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras, Seixal e Setúbal), especialmente em termos de ganhos mais elevados associados a níveis de escolaridade mais altos.

Em conclusão, a análise dos níveis de emprego, desemprego e escolaridade da população empregada e desempregada na AML e, em particular, no concelho do Barreiro, evidencia uma correlação direta entre o nível de escolaridade atingido e a prevalência do desemprego. As regiões com menor nível de escolaridade, como Sesimbra, Moita e Alcochete, são mais vulneráveis ao desemprego.

A definição de políticas destinadas a resolver estes problemas será mais eficaz se se centrar no investimento em iniciativas de emprego e formação profissional adaptadas às necessidades da população. Estas políticas poderão reduzir significativamente o desemprego em todos os níveis de ensino, com especial

destaque para as intervenções que tenham em conta as disparidades nos níveis de escolaridade nas diferentes regiões.

Em diferentes períodos, a Quimigal desempenhou um papel crucial nas transformações da indústria do concelho. Primeiramente, como principal vetor da crise e, posteriormente, disponibilizando instalações que permitiram o acolhimento de diversas novas empresas, abrangendo diferentes setores e dimensões.

Essa evolução enquadra-se nos grandes processos de transformação que atingiram a economia nacional, incluindo a AML. O município foi modificado por condicionantes específicas, tais como a estrutura demográfica jovem, o contexto económico controlado pelo exterior, a predominância de postos de trabalho masculinos e baixas taxas de atividade feminina. Essas características criam potencial de crescimento da mão-de-obra disponível, mas também limitações para o crescimento de novas unidades empresariais locais.

O desenvolvimento insuficiente dos serviços, devido à proximidade de Lisboa e ao carácter de dormitório, foi compensado pelo rápido crescimento em setores como bancos, seguros, comércio e serviços às empresas durante os anos 80. A estrutura industrial polarizada na química pesada e dominada pela Quimigal tornou o município fortemente vulnerável à crise do setor e à estratégia de um único agente económico.

A qualidade ambiental negativa na Cidade pode ter contribuído para diminuir a atratividade residencial (Duarte, 2020).

A reestruturação do espaço da Quimiparque tem um impacto significativo no desenvolvimento do município, uma vez que controla uma vasta área industrial degradada, mas com elevado potencial. As opções urbanísticas e a requalificação ambiental e económica estão diretamente relacionadas com a estratégia do parque.

1.1.2. Retrato Demográfico

“Apesar do seu território relativamente reduzido e, por isso mesmo, limitados os seus recursos rurais, o Barreiro foi uma das localidades neste espaço ribeirinho onde se verificou um crescimento populacional mais rápido, (...) situação verificada logo a partir do século XIV.” (Ventura, 2020, p. 52).

Com a elevação a maior centro industrial de Portugal, os movimentos migratórios de todas as regiões do país intensificaram-se. *“De acordo com a imprensa local, em 1930, o Barreiro tornara-se num centro ao qual se dirigiram milhares de pessoas, de todos os pontos do país.”* (Carmona, 2010, p. 231).

A evolução sociodemográfica da cidade, ao longo dos séculos, reflete a sua transformação de uma vila rural para um centro industrial e, posteriormente, os desafios enfrentados com a queda da indústria. Na primeira década do século XX, a classe operária dominava o tecido social do Barreiro, e não havia presença de elementos da nobreza, embora algumas pessoas possuíssem propriedades e terras na região

“Esta profusão de unidades fabris e de estabelecimentos de natureza económica diversa, é causa de um crescimento demográfico dificilmente verificável no resto do país.” (Barata & Gautier, 2005, p. 57).

Tabela 3 - Nº de Habitantes na cidade do Barreiro (População residente¹)

1864 ²	1920 ¹	1930 ¹	1940 ¹	1950 ¹	1960 ³	1970 ⁴	1981 ⁵	1991	2001 ⁶	2011 ³	2019 ³	2021 ³
2.988	15.001	21.030	26.104	29.719	35.088	59.055	88.052	85.768	78.963	78.744	75.283	Pre 78.221

Fonte: (PORDATA, 2023) (Pais, O Barreiro Contemporâneo - A grande e progressiva Vila Industrial I Volume, 1965, p. 422)

Ou seja, numa época de grande êxodo rural em Portugal (anos 30 e 40), o Barreiro foi uma das vilas que mais população recebeu (Tabela 3).

Estas famílias oriundas do meio rural (em especial do Alentejo, das Beiras e do Minho) tinham como único bem a sua força de trabalho, vivendo com dificuldades e carenciadas de quaisquer outros meios (Carmona, 2010). Aliás, o recenseamento de 1960 mostra que pouco menos de metade da população residente não são naturais do município— 15.642 em 35.088 (Pais, 1965).

“É a miséria, vício enraizado da economia social, que sempre fez emigrar os portugueses.” afirmou Vitorino Magalhães Godinho, citado na obra de Barata & Gautier (Barata & Gautier, 2005, p. 67).

De 1981 a 2021, a população da cidade diminuiu de 88.052 habitantes para 78.359, com 25% da população acima de 65 anos (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022). Coincide com a época de quebra na indústria, fecho de fábricas e logo perda de oferta de postos de trabalho.

O multiculturalismo é outro dos aspetos importantes do município, devido à sua grande diversidade étnica e cultural: 15% da população não tem nacionalidade portuguesa, conforme INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Além disso, 1% da população (808 pessoas) tem origem nos países da União Europeia (UE 27), enquanto 0,7% (579 pessoas) provêm de outros países europeus. A população com raízes africanas representa 7,8% do total (6.127 pessoas), seguida pela população do continente americano, que compreende 4,2% (3.265 pessoas). A população com origem em países asiáticos é de 0,8% (619 pessoas), e uma pequena parcela de 0,009% (7 pessoas) é proveniente da Oceânia.

Estes dados oferecem uma visão pormenorizada da diversidade demográfica da população residente no Município em 2021, evidenciando as diferentes origens e nacionalidades presentes na região, por isso, é

¹ **População Residente** - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano (meta informação - INE).

² (Pais, O Barreiro Contemporâneo - A grande e progressiva Vila Industrial I Volume, 1965, p. 419).

³ (Pais, O Barreiro Contemporâneo - A grande e progressiva Vila Industrial I Volume, 1965, p. 422).

⁴ (Instituto Nacional de Estatística, 1970).

⁵ (Instituto Nacional de Estatística, 1981).

⁶ (PORDATA, 2023).

essencial criar plataformas de apoio à comunidade migrante, para promover a integração e a cooperação entre as comunidades. A entidade que se encarrega de coordenar e implementar estas ações é o Espaço Cidadania das Migrações e das Comunidades Culturais (ECMCC), que tem visto o número de atendimento de migrantes aumentar.

O ECMCC atendeu 52 nacionalidades diferentes entre o ano de 2019 e agosto de 2022, sendo as 5 nacionalidades mais predominantes: a brasileira (22,6%), a angolana (17,8%), a italiana (9,5%), a cabo-verdiana (6,3%) e a guineense (4,6%).

A inclusão social, a diversidade cultural, o empreendedorismo, o aumento da taxa de natalidade e a contribuição para uma pirâmide etária mais jovem são, conforme apresentado no Diagnóstico Social, fatores positivos. No entanto, processos morosos e burocráticos de legalização e a falta de reconhecimento de habilitações são obstáculos presentes. (Rede Social Barreiro, 2022)

O índice de envelhecimento passou de 122,6 idosos por 100 jovens em 2001, para 194 idosos em 100 jovens em 2021, em resultado da redução de 10% da população em idade ativa (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022) e do crescimento da população com 65 ou mais anos.

O município apresenta assim um índice de envelhecimento⁷ maior do que o da AML, cuja média é de 151,4, e superior ao do país no seu todo, que tem um índice de 182,7 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022)

Tabela 4 - População residente: total e por grandes grupos etários (%)

		Portugal	AML	Barreiro
0-14	2001	16,2	15,2	13,2
	2022	13,0	14,5	13,3
15-64	2001	67,3	69,3	70,8
	2022	63,2	63,5	61,0
65 ou mais	2001	16,5	15,5	16,0
	2022	23,8	22,0	25,7

Fonte: (PORDATA - Estatísticas sobre Portugal e a Europa, 2023)

Segundo o Diagnóstico Social de 2022 (DS 2022), o estado da demografia do concelho e o visível envelhecimento de população causam diferentes problemas sociais inerentes a esta faixa etária; perda de população; aumento do envelhecimento, aumento da esperança média de vida; aumento do isolamento e insuficiência de redes de apoio (famílias mais frágeis); (Rede Social Barreiro, 2022)

⁷ **Índice de Envelhecimento** - O índice de envelhecimento é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens. Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas dos 0 aos 14 anos). (meta informação - INE)

O envelhecimento demográfico exige serviços de saúde abrangentes e adequados para responder às necessidades de saúde daí resultantes. Assim, a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a garantia de acesso aos serviços de cuidados de saúde primários para todos os indivíduos, independentemente da sua idade ou localização, continuam a ser vitais.

O retrato demográfico é de extrema importância para o planeamento urbano e desenvolvimento de políticas públicas que atentem às necessidades específicas de cada faixa etária, considerando aspetos como cuidados de saúde, infraestruturas adequadas e serviços sociais voltados tanto para as gerações mais jovens como para a população idosa, que visem assim não só o desenvolvimento económico, mas também a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Tendo em conta o suporte social para a população mais envelhecida o Barreiro conta com as seguintes respostas sociais: pensões da segurança social, complemento solidário para idosos (CSI), centros de convívio

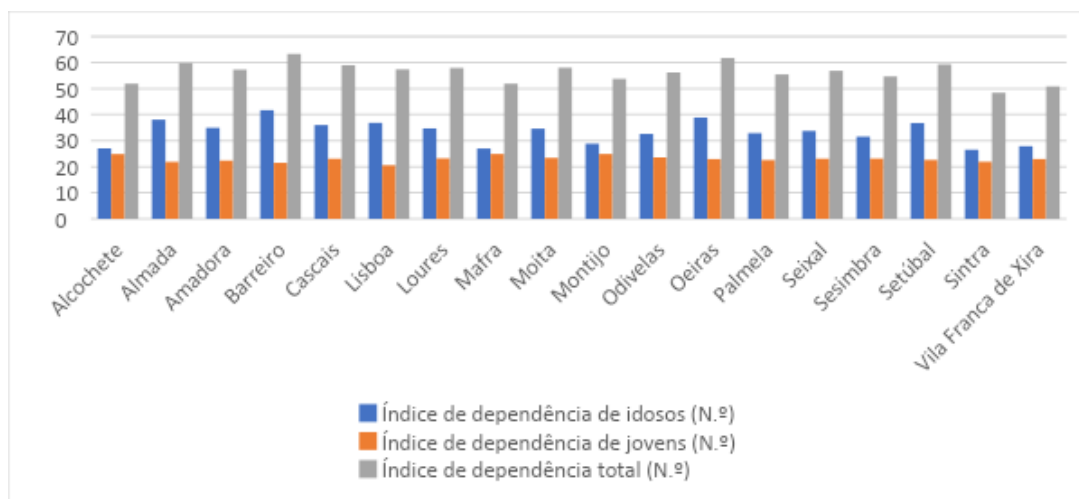
Ao analisar os dados das Pensões da Segurança Social (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023) em comparação com a AML e Portugal, podemos observar características distintas. O Barreiro destaca-se pela proporção de pensões em relação à sua população, apresentando uma maior incidência de pensões *per capita*. em comparação com a AML e Portugal.

Em 1990, o Barreiro tinha um total de 14.616 pensões de segurança social, divididas em velhice (8.875), invalidez (2.773) e sobrevivência (2.968). Já em 2022, esse número aumentou para 24.138, com 17.215 pensões de velhice, 965 de invalidez e 5.958 de sobrevivência. Isso demonstra um aumento substancial nas pensões concedidas ao longo dos anos no Barreiro.

Enquanto áreas mais populosas, têm números absolutos mais elevados de pensões, a proporção *per capita* no Barreiro parece ser mais significativa.

As flutuações populacionais registadas estão na base das alterações do contexto histórico, i.e., inicialmente impulsionada pela industrialização, a migração levou a um *boom* na população do Barreiro, mas à medida que as indústrias diminuíram, o mesmo aconteceu com a população, levando ao desafio atual de um envelhecimento demográfico.

Figura 2 - Índice de dependência (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)



Fonte: INE

O índice de dependência fornece uma indicação do número de indivíduos que estão potencialmente dependentes da população ativa. Este indicador é uma parte importante dos estudos demográficos e das análises socioeconómicas, sendo utilizado para compreender a relação entre indivíduos "dependentes" e "população ativa" numa determinada demografia, dando assim uma ideia do equilíbrio socioeconómico da população.

A cidade destaca-se das demais da AML, no índice de dependência total e no índice de dependência dos idosos, estando assim confrontada com um desafio demográfico.

A Pensão de Velhice é a categoria com maior peso no Barreiro, com um aumento significativo em relação a 1990. Esse aumento reflete a crescente necessidade de apoio aos idosos na região. O valor médio anual das pensões de velhice do Barreiro (7.920€) era inferior ao da AML (8.570€). (CEDRU; Câmara Municipal do Barreiro, 2020) Destacando a importância das Pensões de Velhice no Barreiro e a necessidade de políticas e serviços direcionados à população idosa na região.

Relativamente ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), no Barreiro, em 2021, 873 indivíduos beneficiaram desta medida. A maioria dos beneficiários são mulheres (617), e a faixa etária mais representada são os idosos com entre 70 e 74 anos (214). (CEDRU; Câmara Municipal do Barreiro, 2020).

Existem 4 centros de convívio para a população idosa no Barreiro, sendo 3 deles geridos por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e 1 por uma associação. Estes centros têm um total de 140 lugares. (CEDRU; Câmara Municipal do Barreiro, 2020)

O município dispõe ainda de 5 centros de dia, com um total de 220 lugares. (CEDRU; Câmara Municipal do Barreiro, 2020). A taxa de cobertura desta resposta social é somente de 2,16 %, face às 10.149 pessoas com idade compreendida entre os 65 a 75 anos.

Há 7 serviços de apoio domiciliário (SAD), 85,7% dos quais geridos pela rede solidária, com capacidade para atender a 475 pessoas (435 pessoas pela rede solidária e rede privada lucrativa com capacidade para 40 pessoas), a taxa de ocupação é de 78,4%, e 10 equipamentos de resposta social para idosos (ERPI), com um

total de 313 vagas. O número de vagas da rede solidária (187) é um pouco superior ao número de vagas da rede privada lucrativa (128), com uma taxa de cobertura de somente 31,5% esta resposta social não parece ser suficiente para atender a todas as pessoas idosas que estejam em situação de dependência.

Em 2003, foi criado um Grupo Concelhio para as Questões dos Idosos que visa encontrar e partilhar soluções que melhorem a qualidade de vida dos idosos mais vulneráveis, tentando mitigar os desafios enfrentados. Desenvolvem uma rede de informação e apoio sólida, que sensibiliza e forma parceiros e cuidadores, bem como avaliam as necessidades sociais locais e procuram soluções personalizadas para a população idosa. (Rede Social Barreiro, 2022, p. 143).

O Barreiro apresenta assim, uma série de projetos e iniciativas que abordam as necessidades da população idosa: Projeto Idade + da Câmara Municipal, o Programa Mexe com a Idade e o Projeto Viver + Com Saber do ACES AR são exemplos de esforços direcionados para esse grupo. A presença de balcões informativos e de encaminhamento social descentralizados, bem como as fortes relações de vizinhança em bairros centrais, contribuem para um ambiente de apoio aos idosos.

Por conseguinte, é importante que o planeamento urbano e o desenvolvimento de políticas tenham em consideração estas alterações demográficas. Isto assegurará a implementação de estratégias e recursos adequados para satisfazer as necessidades em evolução dos diferentes grupos etários, melhorando, em última análise, a qualidade de vida dos residentes.

No entanto, no DS 2022 (Rede Social Barreiro, 2022), apesar dos diferentes recursos existentes indica haver insuficiência dos mesmos, devido a limitações de financiamento e mudanças nos modelos de funcionamento.

Habitação

Em 1487, a Vila do Barreiro tinha 54 fogos, aumentando na década seguinte para 1532 fogos (Ventura, 2020, p. 51). Devido ao contexto histórico, podemos verificar que o município foi muito atrativo para receber nova população.

Conforme DS 2022 (Rede Social Barreiro, 2022), a maioria dos alojamentos de residência habitual do concelho é ocupada pelo proprietário (68,4%), sendo que 51,9% não tinha encargos financeiros resultantes da aquisição da habitação. Os alojamentos ocupados em regime de arrendamento representam 25,8% do total e viram a sua importância reforçada em 2,6 p.p. face a 2011.

Esse mesmo diagnóstico indica que os edifícios que ultrapassam a idade de 60 anos têm um peso de 28,8%, quando comparado com a média portuguesa (23,1%) é um número mais elevado e, a construção mais recente (posterior a 2000) corresponde a 12,5% do total de edifícios do parque habitacional.

Contudo, os grandes aglomerados populacionais decorrentes do desenvolvimento industrial acarretaram elevados custos sociais para as cidades, como a falta de habitação, pobreza, fome, exclusão, doenças e poluição (Carmona, 2010).

A era industrial trouxe a necessidade de alojamento para os trabalhadores, levando ao surgimento das Vilas Operárias na cidade, em consonância com o que se verificava em Lisboa e outras cidades europeias. No entanto, diferentemente dos modelos construídos na Bélgica, que ofereciam condições melhores para a classe operária, as casas para operários em Portugal apresentavam condições muito deficitárias, constituindo risco para a saúde pública (Carmona, 2010).

Em 1909, Alfredo Silva implementou uma política de responsabilidade social na CUF e edificou um Bairro Operário dentro das instalações da empresa, oferecendo melhores condições habitacionais, como redes de saneamento básico, água potável e iluminação elétrica (Carmona, 2010).

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (Rede Social Barreiro, 2022, p. 177)

O direito de cada pessoa a um nível de vida condigno está determinado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Isso inclui, nomeadamente, o direito à habitação (n.º 1 do seu art.º 25.º), que também está consagrado no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), designadamente nos art.º 2.º, 3.º e 11.º.

Também a Constituição da República Portuguesa (1976), indica através do n.º 1 do seu art.º 65.º, que: *“a importância que uma habitação digna tem para a saúde e o bem-estar. Por outro lado, é reconhecido o papel central da habitação e da reabilitação para a revitalização e competitividade das cidades e ainda para a coesão social e territorial.”* (Rede Social Barreiro, 2022, p. 177)

A procura de água potável também aumentou consideravelmente com o crescimento da população e das instalações industriais e, ao longo do tempo, ocorreram melhorias nas condições de vida da população com o desenvolvimento industrial. Entre as décadas de 1920 e 1960, houve avanços significativos na infraestrutura da cidade, incluindo a instalação de luz elétrica, abastecimento de água, criação de escolas técnicas e desenvolvimento de transportes coletivos de passageiros (Pais, 1965).

Atualmente, é importante observar nas tabelas do INE referentes à habitação, que uma parte significativa do parque habitacional é composta por edifícios mais antigos, construídos antes de 1980, o que indica a necessidade contínua de investir em políticas públicas para melhorar as condições habitacionais e promover o conforto e bem-estar dos residentes (INE/PORDATA, 2023). Conforme referido no DS 2022 o parque habitacional está envelhecido.

Além das condições de habitação, o consumo de energia elétrica também é um indicador relevante. De acordo com os dados do INE/PORDATA, o consumo de energia elétrica por habitante apresentou variações em diferentes setores, incluindo indústria, agricultura, iluminação das vias públicas, edifícios do Estado e

outros (Consumo de energia elétrica por habitante: total e por tipo de consumo) (PORDATA - Estatísticas sobre Portugal e a Europa, 2023), apresentando um aumento significativo em 40 anos.

O número de alojamentos destinados à habitação aumentou na maioria dos municípios da Península de Setúbal (Tabela - Municípios da Península de Setúbal com crescimentos e decréscimos no número de alojamentos, 2011-2021 (%)). Os municípios de Palmela, Montijo, Alcochete, Seixal e Sesimbra foram os que registaram maior crescimento no número de alojamentos, com valores situados entre os 4,3% e os 4,8%. Em contrapartida, a Moita foi o município onde se registou um decréscimo, com um número de alojamentos de - 0,2% e o Barreiro apresentou um ligeiro aumento de 0,1% no número de alojamentos, no período compreendido entre 2011 e 2021. (INE, Censos 2011 e Censos 2021)

As necessidades de habitação social são constantemente avaliadas e analisadas pelas autoridades locais, neste contexto, o Município possui parque habitacional de cariz social que é composto na totalidade por 285 fogos. (Rede Social Barreiro, 2022). O processo de atribuição realiza-se mediante concurso público, nos termos do Regulamento de Habitação Social do Município.

No campo da habitação, destaca-se, a presença de um mercado de arrendamento desregulado, a escassez de habitação acessível e a discrepância entre os elevados valores de arrendamento e os rendimentos familiares, criando um cenário crítico. Além disso, a política de habitação desajustada às necessidades locais também se revelou como um problema, comprometendo a estabilidade habitacional da região. Estes desafios relacionados com a habitação constituem uma preocupação significativa no contexto social do Barreiro. (Rede Social Barreiro, 2022)

De acordo com as estatísticas disponíveis, em julho de 2022, existiam 64 pessoas que se encontravam em situação de sem-abrigo. Para além dos dados de números, a população em situação de sem-abrigo apresenta também características comuns. Por exemplo, a maioria é constituída por homens, que estão sozinhos, com baixa escolaridade e sem rendimentos próprios.

Ao analisar o tipo de habitação, nota-se que 78,1% dos sem-abrigo está inserido na categoria de sem-teto, no sentido em que não têm uma moradia ou casa própria onde passar a noite (Rede Social Barreiro, 2022, p. 159).

Dada a complexidade das situações em que se encontram pessoas em situação de sem-abrigo, as soluções requerem um enfoque coordenado entre todas as entidades responsáveis, quer na esfera do município, quer no âmbito da rede social local.

O NPISA (Núcleo de Planeamento Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) deve, portanto, funcionar como uma rede de apoio e trabalhar em conjunto para, alcançarem os seus objetivos e responder às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo. A CMB e o CLASB criaram um projeto, “Ser Casa Barreiro”, inserido no Portugal 2020, e que visa encontrar soluções em conjunto à população em situação de sem-abrigo.

“É de realçar, ainda, a aprovação do Regulamento Municipal de Habitação Social (atualização), que possibilita a atribuição de habitação social a situações de emergência social, no âmbito do regime de exceções, e a Estratégia Local de Habitação que permitirá o acesso ao Programa 1.º Direito (Programa de Apoio ao Direito à Habitação44).” (Rede Social Barreiro, 2022, p. 161)

As medidas descritas visam não só assegurar habitação a pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também garantir a sustentabilidade das intervenções, seja na habitação, seja no acompanhamento e respetivas soluções de reabilitação social.

Ainda que haja algumas respostas às pessoas em situação de sem-abrigo, ainda faltam muitas habitações, que seriam essenciais para a sua integração social. *“O défice de equipamentos e de habitação com capacidade de resposta de alojamento no Barreiro continua, apesar do investimento efetuado, a ser um dos maiores obstáculos na integração social de pessoas em situação de sem-abrigo, o que faz com que seja crítico manter e reforçar os atuais projetos.”* (Rede Social Barreiro, 2022, p. 161)

O estado da habitação e a acessibilidade a alojamentos adequados têm um impacto significativo na qualidade de vida. Os dados salientam a necessidade premente de melhorar as condições de habitação, uma vez que uma parte significativa do parque habitacional local está desatualizado e em deterioração.

O investimento em políticas públicas pertinentes, com o objetivo de promover a melhoria das condições de habitação e a reabilitação urbana, surge como uma solução fulcral. A implementação destas medidas permite não só garantir melhores condições de vida, mas também combater o problema crescente dos alojamentos vagos. A procura de habitação social exige ainda uma ação rápida. Por conseguinte, a habitação segura, habitável e acessível deve ser uma prioridade para promover uma comunidade saudável, sustentável e inclusiva.

Ao analisar os gastos médios familiares em diferentes categorias, na Plataforma Geomarketing – InAtlas, podemos identificar algumas tendências interessantes. Por exemplo, o gasto médio familiar em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas varia entre 2.046 euros (Coina) e 4.412 euros (Barreiro). Já o gasto médio familiar em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos varia entre 195 euros (Santo António da Charneca) e 381 euros (Barreiro). No que diz respeito aos gastos com habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, observa-se uma variação entre 4.894 euros (Coina) e 10.753 euros (Barreiro).

Em relação aos gastos com lazer, recreação e cultura, o valor médio familiar varia entre 645 euros (Coina) e 1.562 euros (Barreiro). No que diz respeito aos gastos com transporte, observa-se uma variação entre 1.847 euros (Coina) e 4.293 euros (Barreiro). Outras categorias de gastos também apresentam variações significativas entre as freguesias.

Esses valores médios fornecem uma visão geral dos padrões de rendimento e gastos nas diferentes freguesias, permitindo compreender as diferenças socioeconómicas entre as localidades.

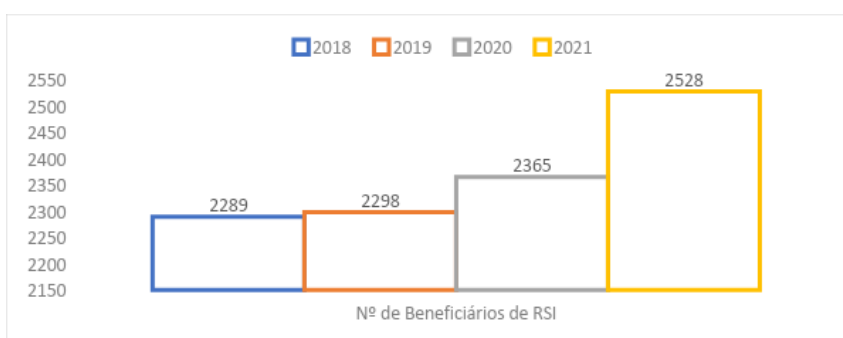
Entre os fatores económicos, são de destacar o baixo nível de e escolaridade da população, o baixo poder de compra e a elevada taxa de desemprego, assim como a falta de oferta de habitação acessível na zona, conforme descrito nos pontos antecedentes.

Ao nível da Península de Setúbal, apenas o concelho de Moita apresenta uma percentagem maior de beneficiários de RSI (3,8%), face ao Barreiro (3%).

O Rendimento Social de Inserção é um dos apoios de último recurso da política social de combate à pobreza. O seu papel no concelho é crucial na redução da vulnerabilidade e da pobreza extrema.

Tendo por base os valores estatísticos disponíveis (Figura 3), constata-se que no Barreiro, entre 2018 e 2021, tem vindo a registar-se um ligeiro e progressivo aumento, atingindo um máximo de beneficiários em 2021, que se situa em cerca de 2.550 beneficiários.

Figura 3- Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, 2018-2021



Fonte: (Rede Social Barreiro, 2022)

A comunidade de inserção, gerida pela Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, é um equipamento que promove a inserção social de diversas pessoas vulneráveis, através de um conjunto de ações integradas. Em 2020, 2021 e 2022 teve uma taxa de ocupação de 100%, não se encontra com utentes em lista de espera na altura do Diagnóstico Social. (Rede Social Barreiro, 2022)

As cantinas sociais são refeitórios, através de protocolos com a Segurança Social, que permitem fornecer refeições a famílias vulneráveis que, de outra forma, não poderiam confecionar refeições. No Barreiro existem duas cantinas sociais que em 2022 disponibilizaram 107 refeições. *“De acordo com a informação prestada pela Santa Casa de Misericórdia a procura desta resposta alimentar tem aumentado, estando atualmente, em 2022, a fornecer 100 refeições diariamente, o que significa mais 25 refeições diárias extra protocolo”* (Rede Social Barreiro, 2022, p. 167)

No Barreiro, existem 13 instituições que garantem o fornecimento de alimentos aos mais carenciados através do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas e do Banco Alimentar de Setúbal(5 Centro Social e Paroquial de Santo André, Centro Social e Paroquial Pe. Abílio Mendes, ADRA Barreiro, Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de Santa Maria, Cercimb, Catica, SDUB “Os Franceses”, ReFood, Associação Persona, Associação NÓS, Instituto dos Ferroviários, A.U.R.P.I.L., Santa Casa de Misericórdia do Barreiro).

Estes programas têm vindo a atuar de forma complementar na prevenção da pobreza, 6 instituições têm abrangência semanal e 7 instituições com abrangência pontual.

Face aos números apresentados pelas instituições (não todas) estima-se que o número de pessoas ronde as 2000. (Rede Social Barreiro, 2022, p. 168).

No Barreiro, as instituições que prestam apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade social estão em capacidade máxima. Além das instituições já mencionadas, as juntas de freguesia também têm desempenhado um papel crucial na distribuição de alimentos nas comunidades locais.

Ficam por concluir estratégias de acompanhamento e resposta para assegurar a sustentabilidade da intervenção de suporte, de forma a responder ao grande número de pessoas que procuram ajuda nesta área.

No que diz respeito a crianças e jovens, existem 3 Lares de Infância e Juventude, 1 Centro de Acolhimento Temporário e uma Comunidade de Inserção de Acolhimento a Jovens Mães. Estes estabelecimentos têm capacidade para acolher um total de 94 utentes, com 17 crianças e jovens em situação de risco e 12 jovens mães.

Quanto às pessoas com deficiências ou incapacidades, de acordo com os dados do Censo de 2021, 11,4% da população residente, com 5 anos ou mais, apresenta incapacidades em relação a pelo menos um dos tipos de atividades abrangidos pelo modelo WG-SS35. Existem várias instalações e serviços disponíveis para atender a esta população, incluindo a Equipa de Intervenção Precoce (EIP), o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), o Centro de Apoio Socioeducativo, o Lar Residencial, 4 Residências Autónomas, Serviço de Apoio Domiciliário, Serviço de acompanhamento e apoio às escolas, Fórum Sócio Ocupacional, Unidade de Vida Protegida e Unidade de Vida Autónoma. Estes serviços são fornecidos por organizações como CERCIMB, Associação NÓS e Persona – Associação para a Promoção da Saúde Mental, com destaque para o Elevado Índice de Ocupação (ELI) que assiste 320 crianças e o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) com 117 utentes, ambos com taxas de ocupação de 100%.

No campo da toxicodependência, existe um Apartamento de Reinserção Social que oferece apoio residencial, juntamente com um Banco de Ajudas Técnicas e Lojas Comunitárias que servem 5 utentes e têm tido uma ocupação plena nos últimos 3 anos.

E no que diz respeito à violência doméstica, existe um Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (CAVBM) disponível para auxiliar as vítimas deste tipo de violência. (Rede Social Barreiro, 2022) (CEDRU; Câmara Municipal do Barreiro, 2020.).

1.1.3. Educação, Saúde e Combate à Pobreza

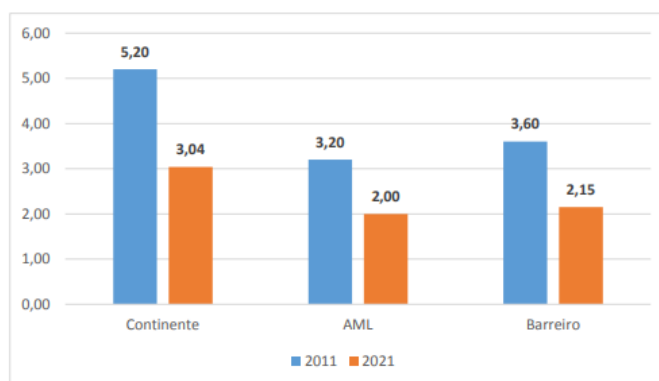
No início do século XX, o município apresentava uma situação muito débil em termos de alfabetização dos seus habitantes, tanto que Alfredo da Silva construiu uma escola (privada) de ensino primário no Bairro Operário 1º de Dezembro na CUF. Em consequência, recebeu um voto de louvor e gratidão por parte da Comissão Administrativa do Município, devido à sua grande contribuição na luta contra o analfabetismo, embora a escola fosse exclusiva para os funcionários e empregados das unidades fabris (Pais, 1965).

Em 1928, de acordo com Pais (1965), estima-se que havia cerca de 2.500 crianças em idade escolar, mas as escolas oficiais comportavam apenas 460 vagas. Com a criação da escola mencionada acima, surgiram mais 300 vagas, pelo que cerca de 1.700 crianças não recebiam qualquer instrução.

Na década de 60, devido à necessidade de formar novos recursos técnicos para a escola, após anos de insistência, foi criada a Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, uma escola técnica que oferecia uma opção às pessoas que anteriormente tinham de se deslocar para Lisboa em busca deste ensino especializado, que lhes possibilitava assegurar uma carreira / profissão e, portanto, com maior probabilidade de estabilidade profissional (Pais, 1965).

Apesar destes progressos, as taxas de literacia continuam a ser preocupantes, como veremos de seguida, mantendo a cidade um nível de analfabetismo superior ao da AML. Existe também uma disparidade notória nos níveis de educação entre os vários bairros do município, sublinhando a necessidade de políticas educativas direcionadas para estas áreas.

Figura 4 - Taxa de analfabetismo, continente, AML, concelho, 2011 – 2021



Fonte: Rede Social Barreiro, 2022, p. 52

Ao observar a figura 4 reparamos que ao longo de 10 anos os dados indicam que, no que diz respeito à taxa de analfabetismo, houve um decréscimo geral, em Portugal continental, na AML e no concelho, refletindo uma melhoria na educação, no entanto, a taxa de analfabetismo do Barreiro continua a ser mais elevada do que a média da AML.

O nível de escolaridade mais elevado completo da população residente com 15 anos ou mais de idade é maioritariamente o ensino básico (32.430), seguido do ensino secundário (18.817) e ensino superior (12.916) (INE/PORDATA, 2023).

O estado da educação no início do século XX melhorou significativamente ao longo do tempo, particularmente com a criação da Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva e da escola primária para os trabalhadores das fábricas da CUF.

No entanto, e segundo o DS 2022 (Rede Social Barreiro, 2022), em relação à escolaridade e formação, o município enfrenta a falta de escolaridade, com uma fração significativa da população sem educação formal.

A insuficiência de respostas de ensino vocacional e a média negativa nos exames nacionais também são preocupantes. A falta de respostas de creche impacta diretamente as oportunidades educacionais disponíveis para crianças e jovens na região.

Atualmente, a cidade detém 59 estabelecimentos de ensino, divididos em 7 agrupamentos: 28 escolas pré-escolares (sendo 21 públicas, 4 privadas e 3 solidárias), 19 escolas do primeiro ciclo do ensino básico, 10 escolas de 2º e 3º ciclos e secundárias, uma escola profissional e um Pólo Universitário da Instituto Superior Politécnico de Setúbal. Além disso, o Projeto TEIP do Agrupamento de Escolas de Santo António e a oferta de formação profissional para pessoas com deficiência e/ou incapacidade contribuem para a diversificação das oportunidades educacionais.

Saúde e Ambiente

“O Barreiro ganhou emprego duradouro. Viu crescer a população. Ganhou cultura popular com chegada de povo do país inteiro. Assistiu ao desenvolvimento associativo e cooperativo. Mas também perdeu e o seu principal dano foi a transformação ambiental (...) Os barreirenses, por nascimento ou adopção, passaram a ter melhor casa, mais pão e transportes, mas viram a sua terra definhando no meio da expansão industrial. Ganharam actividades desportivas e culturais, mas, tiveram de respirar ar viciado, inimigo da saúde, impróprio para qualquer pulmão.” (Ferreira, Teixeira, & Oliveira, 2014, p. 20).

A contaminação de águas, de produtos hortícolas, o fumo e gases constantes no ar, *“as quais até provocavam vômitos e náuseas aos seus habitantes”* (Bradar no Deserto Gases da CUF - Um olhar sobre o Barreiro, 1989, p. 31), tornaram a cidade num local com efeitos tremendos da poluição e muito invasivos para a saúde pública e para o ambiente. A poluição, refere Carmona, infringiu as normas legais da época e foi responsável pela vasta destruição de pequenas unidades hortícolas que serviam de sustento a agregados familiares. Tal situação obrigou a CMB a criar em 1929, uma Comissão Municipal de Higiene que, apesar dos diferentes pareceres emitidos, não surtiu qualquer efeito nas práticas das unidades fabris.

De acordo com o Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde (2019), cerca de 86% dos utentes têm médico de família (68 276 num total de 79316 utentes) (Serviço Nacional de Saúde, 2019, p. 202). Isto significa que a grande maioria dos utentes do concelho tem acesso a cuidados de saúde primários.

Ao consultarmos no Pordata, os dados de Habitantes por médico e farmacêutico, vemos uma diminuição drástica de número de habitantes por médico entre 2001 e 2021. Passando de 424 habitantes por médico e 1178 por farmacêutico em 2001, para 293 e 646 respetivamente, em 2021. (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023).

Quanto a Centros de Saúde em 1993 havia 9.351 habitantes por Centro de Saúde, em 2001 7.896 e em 10 anos, ou seja, em 2011 passou para 39.491 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023).

Na área da saúde, a vida sedentária e a escassez de médicos nos cuidados primários contribuem para um cenário desafiador. A insuficiência de resposta do Centro Hospitalar Barreiro Montijo (CHBM), a baixa literacia em saúde e o baixo apoio à população migrante na área da saúde agravam ainda mais a situação. A crescente prevalência de problemas de saúde mental e a falta de respostas adequadas são fontes de preocupação, juntamente com a falta de apoio alimentar, que afeta negativamente o estado de saúde da população. No entanto, também apresenta fatores positivos, como o acesso à saúde para migrantes, uma percentagem significativa de utentes com médico de família e o existir maternidade no CHBM-maternidade. (Rede Social Barreiro, 2022)

A população portuguesa envelheceu significativamente ao longo dos anos, tendo as doenças crónicas vindo a ocupar um papel cada vez mais central na saúde pública. Em 2017, a esperança de vida em Portugal era de 81,5 anos, superior à média da OCDE (80,7). No entanto, há desigualdades significativas em termos de expectativa de vida, que variam de acordo com o género e o nível de escolaridade. Portugal também é um dos países da OCDE com menos anos de vida saudável após os 65 anos. Estes fatores demonstram a necessidade de aproximar a política nacional de saúde aos determinantes sociais da saúde e de reforçar a promoção da saúde e a prevenção de doenças em todas as fases da vida (Mamede & Silva, 2020).

O Barreiro tem, (como vimos no ponto 1.1.2. Retrato Demográfico), um número elevado de pessoas idosas. Os cuidados de saúde deste público, conforme Mamede & Silva (2020) precisam de ser adequados, com vista a solucionar problemas e assegurar uma qualidade de vida satisfatória.

Esta análise sublinha o profundo impacto negativo que a poluição industrial tem tido no ambiente, na saúde pública e na qualidade de vida dos residentes da antiga vila piscatória. Apesar das tentativas do município para regulamentar as práticas fabris, persistiram uma degradação ambiental e uma poluição significativas.

Os desafios de saúde resultantes para os habitantes refletem-se na elevada procura de serviços de cuidados de saúde primários, no entanto apresenta alguns aspetos promissores como as instalações desportivas, a participação do município na Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis e o associativismo na área da saúde.

1.2. Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento

Os problemas obrigam a uma ação atenta e cuidadosa ao nível das políticas sociais. Tendo em conta estes objetivos, a estratégia integrada de desenvolvimento sustentável deve envolver ainda outras dimensões. *“A promoção da inclusão social e o reforço da proteção social é, neste contexto, uma dimensão fundamental de qualquer estratégia integrada de desenvolvimento sustentável:*

1) Favorecer a melhoria do rendimento - através da garantia de recursos mínimos e a satisfação de necessidades básicas,

2) *Apoiar a integração socioprofissional - através de políticas ativas de emprego ou de formação profissional;*

3) *Proporcionar mais e melhor acesso a serviços;*

4) *Desenvolver políticas/programas com vista ao desenvolvimento integrado de territórios confrontados com a exclusão e situações de vulnerabilidade – através da promoção de intervenções que assegurem o acesso a habitação condigna, aos cuidados de saúde, à segurança, à justiça, aos serviços, à cultura e ao lazer, à educação, à formação e ao emprego com qualidade”* (Rede Social Barreiro, 2022, p. 164).

Ao longo do diagnóstico do município, podemos encontrar diversas respostas sociais disponíveis no território, destacando as medidas e serviços que foram implementados para suprir as necessidades em foco nos problemas que estão no cerne desta política. Os equipamentos coletivos são assim fundamentais para o desenvolvimento sustentável, proporcionando igualdade e qualidade de vida às populações. São ferramentas de qualificação e valorização dos centros urbanos. (Rede Social Barreiro, 2022)

Os equipamentos coletivos incluem infraestruturas como transportes públicos, espaços públicos, bibliotecas, centros de saúde, hospitais, escolas, creches, etc. Assim, são agentes fundamentais no desenvolvimento da sociedade.

O estudo da Rede Social Barreiro, (2022) examina várias questões sociais que afetam a região, os principais pontos de preocupação incluem a falta de recursos, o isolamento social entre os idosos, a falta de alojamento de emergência para os sem-abrigo, a resistência ao tratamento da toxicod dependência e as fracas relações comunitárias. Os aspetos positivos observados incluem iniciativas demográficas, acesso a cuidados de saúde, educação e oportunidades de formação. A investigação sublinha a importância do planeamento social estratégico e das intervenções integradas em áreas como a saúde, a habitação, a educação, o desenvolvimento comunitário e o apoio às populações vulneráveis. Além disso, sublinha a importância do trabalho em rede, das soluções inovadoras e da monitorização contínua para o desenvolvimento social sustentável no Barreiro.

O diagnóstico pela sua natureza dinâmica, não encerra uma série de etapas de análise e intervenção, mas antes promove a continuidade da reflexão, estudo e ação nas dimensões que o diagnóstico levantou.

Já em 2016, no relatório desenvolvido pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU, eram destacadas algumas diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da cidade. Entre elas, a criação de emprego e a geração de riqueza, a promoção de condições qualificadas para crescer, viver e envelhecer no Barreiro, a qualificação do ambiente urbano, o uso eficiente dos recursos e a preservação do património natural, e a valorização da identidade, diversidade e patrimónios como fatores de pertença, tolerância e estímulo à criatividade.

Ao considerar essas características específicas do Barreiro, podemos compreender que a estratégia adotada procura explorar as potencialidades do território, desenvolver a economia local de forma sustentável e preservar seus recursos naturais. Dessa forma, o Barreiro queria estabelecer-se como um

território dinâmico, resiliente e atrativo, que oferece oportunidades de desenvolvimento para os seus residentes (CEDRU, 2016, p. 14).

Em 2017, o Conselho Local de Ação Social do Barreiro (CLASB) desenvolveu um documento estratégico - Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para o triénio 2017 – 2020, que seria trabalhado por diferentes agentes locais, com a força motriz: “*Um Barreiro mais desenvolvido, mais igual e mais próximo dos cidadãos.*” (Conselho Local de Ação Social - Rede Social do Barreiro, 2018, p. 4).

O eixo 3 do PDS 2017-2020, foca a Empregabilidade e o Desenvolvimento Económico para o triénio, e indica que as áreas estratégicas dentro deste teto são:

Tabela 5 - EIXO 3 – Empregabilidade e Desenvolvimento Económico do PDS 2017-2020

	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Animação e Articulação	Contribuir para a consolidação de processos de articulação e monitorização/avaliação da Rede de Empregabilidade Barreiro Moita;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um sistema de informação permanente de base local que facilite a tomada de decisão; 2. Garantir o funcionamento da REBM com base num modelo de colaboração e governança democrática e corresponsável; 3. Sistematizar e partilhar conhecimento que possa melhorar as práticas; 4. Criar um sistema de aprendizagem e de melhoria contínua da rede de empregabilidade;
Capacitação Individual e Coletiva/Qualificação	Contribuir para a afinação de processos e o ganho de escala nas intervenções da formação/qualificação;	<ol style="list-style-type: none"> 5. Promover a melhoria das qualificações escolares e profissionais de grupos específicos, preferencialmente NEET, DLD, NEE e pessoas portadoras de deficiência, através de ações de dupla certificação, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho; 6. Melhorar os processos de orientação socioprofissional de jovens e adultos; 7. Melhorar a integração da oferta formativa de base escolar com o sistema de qualificação, fortalecendo a articulação entre parceiro;
Rede de Gabinetes de Primeira Linha;	Contribuir para a afinação de processos e o ganho de escala nas intervenções no campo do emprego	<ol style="list-style-type: none"> 8. Promover a dinamização de uma Rede de Gabinetes de Primeira Linha que favoreça a criação de sinergias na promoção da inclusão socioprofissional das pessoas à procura de emprego; 9. Capacitar para a inserção social, profissional e económica em mercado aberto de trabalho; 10. Identificar e sinalizar ofertas de emprego adequadas à população-alvo, através do <i>job matching</i>, proporcionando a adequação do candidato ao posto de trabalho

Empreendedorismo e Desenvolvimento Local;	Contribuir para a afinação de processos e o ganho de escala nas intervenções no campo da dinamização socioeconómica de base local.	11. Desenvolver a rede de gabinetes de atendimento 12. Desenvolver uma cultura empreendedora e gerar novos processos empreendedores; 13. Apoiar e desenvolver o tecido empresarial já existente; 14. Contribuir para desenvolver uma estratégia integrada de revitalização do sistema económico dos dois concelhos no contexto da Península de Setúbal;
--	--	--

Fonte: Adaptado de Conselho Local de Ação Social - Rede Social do Barreiro, 2018.

Segundo o PDS 2017-2020, os eixos identificados cruzam com os objetivos temáticos do Portugal 2020 e, os eixos e objetivos prioritários das diversas estratégias e planos nacionais, regionais e sub-regionais. No caso concreto do eixo 3, Empregabilidade e Desenvolvimento Económico, preponderante para o estudo em causa, estão identificados os seguintes:

- **Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** ODS4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e ODS8 – Promover o crescimento económico, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- **Portugal 2020:** OT8 -- Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores e OT10 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;
- **EIDT AML 2020:** PE 6 - Aprofundar e reforçar as dinâmicas económicas locais, incluindo as prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características de desenvolvimento do território;
- **PEDEPES +:** Eixo Estratégico: Qualificação das pessoas e das suas condições de vida;
- **Plano de Desenvolvimento Social 2016 – 2020 da PSCPS:** Eixo 3 - Desenvolvimento Económico e Empregabilidade e Eixo 5 - Inclusão social e combate à pobreza;

(Conselho Local de Ação Social - Rede Social do Barreiro, 2018, pp. 39-40)

Para o triénio 2023-2026, as áreas a serem priorizadas para o Plano Municipal de Desenvolvimento Social (2023-2026) por ordem de importância são 14: saúde; habitação; envelhecimento populacional; pessoas idosas; escolaridade e formação; família/famílias – parentalidade; crianças e jovens; pessoas com deficiência/incapacidades; qualificação profissional e emprego; pessoas em situação de sem-abrigo; capacitação das comunidades e instituições; comportamentos aditivos; migrantes e minorias étnicas e comunidade(s) saudável(eis). Sublinham assim a urgência de proporcionar melhores qualificações, reforçar a capacidade comunitária e melhorar a coesão social. As quatorze áreas têm como base três pilares: qualificação, capacitação e gestão integrada.

O planeamento estratégico de ações, combinado com a sua monitorização e avaliação, pode ter um impacto significativo na comunidade local, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população do Barreiro.

A qualificação profissional e o emprego são áreas críticas. As baixas qualificações da população, os subaproveitamentos da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro afetam negativamente o desenvolvimento económico local. A falta de ofertas de trabalho atrativas e empresas pouco competitivas também são fatores limitantes.

Em 2019 tendo em conta os diferentes desafios que o território abraçava, e as recomendações dos diferentes estudos foi criado o Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento, a política pública que está em análise no presente estudo. A motivação para sua criação é a captação de mais investimento e empresas que permitam criar postos de trabalho, fixar população no território e garantir maior qualidade de vida, de forma sustentável para o ambiente, transformando uma cidade tipicamente industrial numa cidade sustentável e ‘amiga do ambiente’.

De acordo com Rui Braga, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, *“são os nossos 4 eixos: ambiente, qualidade de vida, mobilidade e postos de trabalho. E a qualidade de vida não é um vazio político, não é um chavão político, aumentar os índices de qualidade de vida, tem os outros 3 todos incluídos, e tens acesso à saúde, investimento nas escolas públicas, investimento em habitação, que vai ser outro grande eixo que nós vamos investir.”* (Braga,2023).

Estão aqui intrinsecamente ligados: a ação do Município (Estado), o espaço urbano e o espaço social.

“Rehabilitar es una «intervención espacial» que, aunque cada vez más es aceptado su carácter interdisciplinar (más que por desgracia, un enfoque «transdisciplinar»), suele estar gobernada por expertos del urbanismo (para acentuar la intervención en el espacio urbano y construido) o de la economía (para promover iniciativas empresariales, formación para el empleo, atraer inversiones, etc.)” (Martinez, 2008, p. 240).

A 8 de julho de 2019 ficou assim aprovado o **Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento**, em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro (Município do Barreiro, 2019).

O ‘Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento’ é um importante instrumento de política pública, que pode contribuir para a criação de emprego, para a fixação de população e para o desenvolvimento económico do município. Estes fatores podem contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas, nomeadamente através da redução do desemprego e da melhoria das condições de trabalho.

O objetivo imediato do regulamento é impulsionar a atividade do sector empresarial local, mas está particularmente focado na promoção e no crescimento de áreas relacionadas com a sustentabilidade, a inovação e a tecnologia. Pretende estimular o crescimento económico, a criação de empresas, a criação de

emprego e o desenvolvimento sustentável da região, e assim, “aumentar os índices de qualidade de vida na cidade” (Braga,2023).

Para se candidatarem, as empresas devem apresentar uma candidatura à Câmara Municipal do Barreiro, através de um formulário específico, de certificados energéticos e de um estudo de viabilidade económica do projeto.

Os candidatos aos incentivos fiscais previstos no regulamento são pessoas singulares ou coletivas que pretendam desenvolver atividades económicas no território do Barreiro. As empresas devem estar em dia com as suas obrigações fiscais, e devem demonstrar que o seu investimento irá criar oportunidades de emprego no município.

O estudo de viabilidade económica, deverá demonstrar que o projeto terá um impacto económico positivo na cidade.

O regulamento prevê uma série de incentivos fiscais, tais como reduções de impostos, isenções e benefícios fiscais. A forma como os incentivos são atribuídos baseia-se num sistema de classificação que considera fatores como o valor total do investimento, o número previsto de novos postos de trabalho, o prazo de execução do projeto e a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis no plano de negócios, conforme indicado no Artigo 3.º:

- “a) Sejam relevantes para o desenvolvimento sustentável do Município;*
- b) Contribuam para o fortalecimento da cadeia de valor do Município e da região;*
- c) Contribuam para a diversificação do tecido empresarial local, nomeadamente em sectores inovadores e/ou de base tecnológica;*
- d) Contribuam para o reordenamento industrial, comercial, ou empresarial do Município;*
- e) Contribuam para um melhor desempenho ambiental;*
- f) Contribuam para a preservação e a reabilitação do património edificado;*
- g) Sejam geradores de novos postos de trabalho;*
- h) Signifiquem o aumento da qualificação dos postos de trabalho existentes.*
- i) Assentem em processos de inovação produtiva, designadamente:*
- j) Na produção de novos bens e serviços no Município e no País ou melhoria significativa da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento;*
- k) Na expansão de capacidades de produção em sectores de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;*
- l) Na inovação de processo, organizacional e de marketing;*
- m) No empreendedorismo qualificado, privilegiando a criação de empresas baseadas em conhecimento ou de base tecnológica ou em atividades de alto valor acrescentado.”* (Município do Barreiro, 2019).

Uma vez alcançado um acordo entre o município e o beneficiário, a empresa deve comprometer-se a permanecer no Barreiro pelo menos por 10 anos. Para além disso, devem cumprir requisitos anuais que comprovem o cumprimento das suas obrigações fiscais e de segurança social.

Se a empresa não cumprir as condições estipuladas ou prestar informações falsas, o contrato pode ser rescindido. Perde todos os benefícios concedidos e a entidade é obrigada a reembolsar os montantes recebidos no prazo de 30 dias, acrescidos de juros. Se o reembolso não for efetuado dentro deste prazo, poderá haver lugar a uma ação executiva. A Câmara Municipal do Barreiro será o árbitro final em qualquer inconsistência ou dúvida relativamente à implementação do regulamento.

É possível compreender como o Regulamento procura impulsionar o desenvolvimento económico do Barreiro, promovendo um ambiente favorável ao investimento e a atividades empresariais sustentáveis. A estratégia subjacente é multifacetada - avança em termos económicos, sociais, ambientais e culturais para garantir o desenvolvimento global da cidade.

De acordo com o Regulamento, as candidaturas aos incentivos fiscais são avaliadas por uma comissão técnica nomeada pela Câmara Municipal do Barreiro. Para além disso, a transparência e a responsabilização são salientadas, desde a avaliação pela Comissão de Análise até ao processo de rescisão do contrato em caso de incumprimento.

A comissão técnica é composta por técnicos municipais e outros especialistas, que avaliam a conformidade das candidaturas com os critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento e avaliam a relevância dos projetos para o desenvolvimento económico do município.

Após a análise técnica, a comissão elabora um relatório com a sua recomendação sobre a aprovação ou não das candidaturas, que é submetido à apreciação e deliberação do executivo municipal.

Além da comissão técnica e do executivo municipal, outros intervenientes podem estar envolvidos no processo de avaliação das candidaturas, como, por exemplo, entidades externas de auditoria e controlo financeiro, caso seja necessário realizar auditorias aos projetos apoiados pelos incentivos fiscais. Faz parte da comissão de análise, a RNAE – Rede Nacional de Associação das Agências de Energia e Ambiente, no que concerne à análise dos pressupostos ambientais nas candidaturas.

O regulamento prevê a criação de um sistema de acompanhamento e monitorização dos projetos apoiados pelos incentivos fiscais, com o objetivo de avaliar o seu impacto no desenvolvimento económico do município.

Com vista à concertação dos objetivos propostos com a implementação do Regulamento, os critérios a serem avaliados na candidatura à medida de incentivo ao investimento são:

- a) Valor do Investimento;
- b) Número de postos de trabalho a criar, com privilégio para o trabalho qualificado;
- c) Prazo de implementação do projeto;
- d) Atividade da empresa;

- e) Sede da empresa na cidade do Barreiro;
- f) Instalação em zonas industriais/empresariais definidas em PDM;

Na área de habitação, são valorizados os projetos que cumpram práticas ambiental e energeticamente sustentáveis (uso eficiente de água, de energia e a concretização de coberturas e fachadas verdes). É importante salientar que a contribuição da política de incentivo ao investimento para os ODS mencionados dependerá das práticas concretas adotadas na sua implementação e dos resultados alcançados. Monitorar e avaliar periodicamente o impacto dessas políticas nos ODS é fundamental para garantir que elas estejam alinhadas com os princípios e metas estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU.

A criação do Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento é encarada como um passo significativo da política pública, com potencial para estimular a criação de emprego, fixar população e melhorar a qualidade de vida no Barreiro.

Em conclusão, as orientações estratégicas definidas pela cidade do Barreiro traçam um plano de desenvolvimento abrangente e completo, abarcando aspetos económicos, sociais, ambientais e culturais, com o objetivo de criar um território resiliente e atrativo. O compromisso de assegurar a sinergia entre estas áreas e a implementação de sistemas e estruturas sustentáveis é evidente.

O plano não só se alinha com as estratégias nacionais e regionais, como também vai mais longe para aderir às normas internacionais, nomeadamente a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Além disso, através do '**Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento**', o município instiga ainda mais o crescimento económico e a criação de emprego com a utilização de incentivos fiscais. Ao estabelecer critérios que englobam aspetos como a criação de emprego, o investimento em ativos fixos e a sustentabilidade ambiental, o município demonstra a sua dedicação a uma abordagem equilibrada e holística do desenvolvimento, incentivando o sector privado a investir em sintonia com as suas orientações estratégicas.

Refletindo sobre o plano estratégico dinâmico e o regulamento de investimento, a monitorização e a avaliação sustentadas serão fundamentais para garantir o alinhamento com os objetivos e metas estabelecidos. Desta forma, o impacto da política pode ser periodicamente medido e adaptado para um sucesso e desenvolvimento contínuos.

1.2.1. Análise dos resultados e impacto dos incentivos fiscais

Além do declínio do parque habitacional, a avaliação das respostas sociais e serviços sociais disponíveis também revelou que o território necessita de melhorias no campo da educação e formação profissional, com a necessidade de fortalecer o sistema educativo e aumentar as oportunidades de aprendizagem. Por outro

lado, a área de saúde carece de melhorias, com foco na qualidade dos serviços médicos, no aumento do acesso aos cuidados de saúde e na promoção da saúde comunitária.

A segurança e o bem-estar social também foram destacados, com ênfase na criação de ambientes seguros e no suporte a grupos vulneráveis, como os sem-abrigo. Além disso, o emprego e a criação de oportunidades laborais foram considerados cruciais, sendo necessárias medidas que estimulem a criação de empregos e melhorem a empregabilidade da população.

A questão da habitação acessível e adequada foi identificada como um desafio, exigindo a implementação de políticas habitacionais que respondam às necessidades locais e assegurem condições dignas. A promoção da integração de migrantes e minorias étnicas foi ressaltada, com a simplificação de processos burocráticos de legalização e o estímulo à multiculturalidade.

Por outro lado, o desenvolvimento comunitário e o fortalecimento dos laços sociais são vitais, sendo necessário criar iniciativas que promovam a coesão social e envolvam ativamente a comunidade. Por fim, a qualificação profissional e o estímulo à dinamização económica são áreas-chave para aumentar as qualificações da população e criar um ambiente económico favorável. Essas áreas críticas requerem intervenções estratégicas e investimentos para melhorar a qualidade de vida no Barreiro e promover o desenvolvimento sustentável.

A abordagem das elevadas taxas de pobreza e vulnerabilidade exige uma estratégia integrada que combine a educação, a criação de emprego, a habitação e a capacitação da comunidade. Como é evidente, os desafios são multifacetados e profundamente interligados, exigindo esforços concertados de várias partes interessadas para melhorar a qualidade de vida no Barreiro.

Neste seção, realizo uma análise às candidaturas ao Regulamento desde a sua implementação, explorando o seu possível.

Tabela 6 - Mapa registo Incentivo ao Investimento

Proc.º CII	Proc.º DGRRL	Empresa	Valor Investimento (€)	Postos de Trabalho	Deliberação CMB
01-2020	CT/1/18	Parque Residencial Sénior	121 607,05 €	12	nº 81 de 05-02- 2020
02-2020	CS/22/19	Marques Costa & Filhos	2 000 000,00 €	0	nº 131 de 18/03/2020
03-2020	CS/24/19	Brandsweet	755 000,00 €	5	nº 147 de 01/04/2020
04-2020	CT/297/98	Génios e Brincalhões	554 653,50 €	6	nº 200 de 06/05/2020

Existe uma variação no número de	05-2020	CS/2020/1	Original Spot Design	2 350 000,00 €	72	nº 349 de 19/8/2020
	06-2020	CS/2019/26	Requalificação e adaptação de edifício ao uso de Centro e Dia	171 734,17 €	6	nº467 de 4/11/2020
	01-2021	CS/2020/21	FACETABSTRATA	2 546 642,00 €	0	Processo Excluído
	02-2021		Sogenave	22 000 000,00 €	572	nº 284 de 21/7/2021
	01-2022	CT 2021/34	Confilobra, unipessoal, Lda.	378 000 €	5	Processo Excluído
	02-2022	CT/2021/92	Bricomarché	4 712 181 €	28	nº 378 de 7/9/2022
	03-2022	CT/2022/33	Minerva	13 000 000 €	10	nº540 de 21/12/2022

candidaturas ao longo dos anos, com destaque para o ano de 2020, que teve o maior número de candidaturas. Além disso, os projetos variam em termos de investimento, criação de postos de trabalho e benefícios fiscais concedidos.

É importante considerar que a pandemia da COVID-19 pode ter impactado a execução e prazos dos projetos, levando a solicitações de prorrogação. A maioria dos projetos obtiveram sucesso na obtenção dos benefícios fiscais, enquanto dois foram excluídos por não cumprirem os critérios necessários.

Até ao momento estão previstos a criação de 689 postos de trabalho, sendo que se distribuem da seguinte forma ao longo dos anos

2020: 12 postos de trabalho (Parque Residencial Sénior)

2021: 572 postos de trabalho (Sogenave Centro Logística e de Distribuição)

2022: 38 postos de trabalho (Bricomarché + Minerva)

Total: 689 postos de trabalho

Total de investimento até o momento:

2020: €2,121,607.05 € (considerando todos os projetos)

2021: €22,000,000.00 € (Sogenave Centro Logística e de Distribuição)

2022: €4,712,181.00 € (Bricomarché + Minerva)

Total: €26,833,788.05 €

Figura 5 - Perfil das Empresas em estudo

CAE	Área de Atividade	Volume de Negócio	Dimensão a Empresas	Antiguidade	Sede	Forma Jurídica
87301 - Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento	Serviços Gerais	Sem vendas	Sem Empregados		Barreiro	Sociedade Unipessoal

41200 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	Construção	Micro	1-9 Empregados	35 anos	Barreiro	Sociedade por Quotas
46382 - Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e	Grossista	Médias	10-49 Empregados	23 anos	Barreiro	Sociedade por Quotas
88910 - Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento	Serviços Gerais	Micro	50-249 empregados	18 anos	Barreiro	Sociedade por Quotas
18130 - Atividades de preparação da impressão e de produtos media	Indústria	Pequenas	50-249 empregados	16 anos	Lisboa	Sociedade por Quotas
87301 - Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento	Serviços Gerais					
46390 - Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco	Grossista	Grandes	Mais de 250 Empregados	50 anos	Carnaxide	Sociedade Anónima
41200 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	Construção	Micro	1-9 Empregados	5 anos	Barreiro	Sociedade Unipessoal
47523 - Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados	Retalho		1-9 Empregados	1 ano	Barreiro	Sociedade por Quotas
85593 - Outras atividades educativas, n.e.	Serviços Gerais	Pequenas	50-249 empregados	35 anos	Barreiro	Sociedade por Quotas

Fonte: INFORMA D&B, Lda., 2023

A análise das empresas candidatas ao Regulamento revela um panorama diversificado em termos de desenvolvimento económico local. Diferentes vértices oferecem *insights* valiosos sobre o perfil das empresas e os setores onde estão a investir.

No que diz respeito ao volume de negócio, observa-se uma ampla gama de valores, desde empresas que ainda não registaram vendas até aquelas com grande volume de negócios. Isso sugere uma combinação de empreendimentos em diferentes fases de desenvolvimento.

Ao analisar a área de atividade, notamos uma variedade de setores, desde construção e comércio por grosso até serviços de apoio social para idosos e cuidados infantis.

A dimensão das empresas também é diversificada, variando de micro a grandes empresas.

A antiguidade das empresas destaca-se como um fator interessante, sugerindo que o município está a atrair maioritariamente empresas com mais antiguidade e já com sede no Barreiro. A forma jurídica das empresas também varia, mas maioritariamente são sociedades por quotas.

Contudo, é crucial mencionar que os resultados da implementação do regulamento têm variado em termos de criação de emprego, investimento e benefícios fiscais. A pandemia de Covid-19 pode também ter afetado a execução de alguns projetos e alterado determinados prazos. Até ao momento, o regulamento obteve sucesso na planificação de 689 oportunidades de emprego, com a maioria dos projetos a receber benefícios financeiros.

Em suma, a análise desses vértices revela um cenário multifacetado de investimentos. A diversidade de setores, dimensões de empresas, prazos e valores de investimento mostra um ambiente atrativo para investidores de várias origens e tamanhos.

É fundamental acompanhar e avaliar o impacto desses incentivos ao longo do tempo, verificando se estão efetivamente a contribuir para o desenvolvimento económico e social do município do Barreiro.

A análise das isenções fiscais concedidas e sua efetividade na atração de investimentos e criação de empregos também é relevante.

Além disso, é importante rever porque o número de investidores atraído tem diminuído ao longo do tempo e, por outro lado, rever como se pode atrair investimentos mais substanciais, incluindo empresas de fora da cidade, que possam escolher o Barreiro para estabelecer a sede da empresa.

Assente no diagnóstico aqui delineado, é agora o momento de nos debruçarmos sobre as teorias que sustentam a fundação conceptual deste estudo. Nesta transição, reforça-se a convicção de que uma análise minuciosa e criteriosa das realidades locais constitui o motor propulsor para um desenvolvimento de estratégias eficaz. O próximo capítulo é dedicado à fundamentação teórica, estabelecendo os fundamentos indispensáveis para um planeamento estratégico sólido, capaz de capitalizar as oportunidades latentes e fomentar mudanças positivas e duradouras.

Políticas Públicas, mudança e avaliação

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma revisão da literatura relevante para o tema da tese. Iniciando com a análise do que é política pública e como esta pode impulsionar o desenvolvimento económico do território e o desenvolvimento sustentável, promovendo maior qualidade de vida para os cidadãos, alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela ONU em 2015; compreendendo o papel do assistente social ao estudar a realidade e como as ações possam operar na mesma contribuindo a investigação para uma maior eficácia e eficiência nas políticas públicas; e, por fim, como é que se pode avaliar a política implementada e como esta impacta na mudança do território tendo em conta os objetivos sobre os quais a mesma foi construída.

2.1. Políticas Públicas

“A ambição da igualdade é, pois, um projecto político, profundamente ligado ao aparecimento do estado-providência como modelo institucional capaz de re-equilibrar as esferas económica e social, quer substituindo formas de solidariedade privada/familiar destruídas pela industrialização, quer estendendo a superioridade racional da sua administração burocrática à gestão dos interesses colectivos e dos bens públicos e à regulação da relação entre as classes, objectivo esse sustentado por um pacto social de base entre os principais interesses das classes antagónicas do capitalismo, segundo o qual parte do produto socialmente criado que era apropriado pela burguesia passa ser transferido para o Estado que o administra e aplica em políticas sociais destinadas a promover o bem-estar colectivo.” (Capucha, 2004: 33)

O Estado-Providência tem como função fundamental proteger todos os indivíduos – independentemente da sua condição, garantindo os serviços mínimos a toda a população. As políticas públicas visam a promoção do bem-estar social neste contexto.

“Na literacia especializada abundam as definições de política pública (public policy). Para Dye política pública é tudo aquilo que constitui matéria de opção do governo, seja acto ou omissão, tudo aquilo que ele optou por fazer ou não fazer. Nagel é de opinião que a política pública compreende as decisões governamentais destinadas a resolver problemas. Na perspectiva de Anderson, a política pública diz respeito á acção do governo e dos funcionários públicos destinada a lidar com um determinado problema.” (Bilhim,2008:101)

As políticas públicas surgem com o aparecimento dos Estados Nacionais (Schmidt, 2007). Nos primórdios do séc. XX, o Estado começou a intervir nos problemas sociais através de políticas públicas, nos países de “capitalismo avançado”, passando a denominar-se Estado de Bem Estar Social (Welfare State). As políticas sociais emergem neste tipo de Estado, no entanto de três formas distintas: um modelo residual, onde o

Estado intervém nas áreas onde as necessidades básicas não são supridas pelos demais intervenientes (indivíduo, família e comunidade), o modelo meritocrático, onde o Estado intervém junto de indivíduos que trabalham, conseqüentemente contribuindo para a “riqueza nacional”, e o modelo institucional-redistributivo, onde os benefícios chegam a todos os indivíduos financiados por impostos altíssimos (Schmidt, 2007).

Não é difícil reconhecer que o Estado-Providência europeu (o modelo social europeu) “...foi uma das grandes invenções europeias do séc. XX, contribuindo mais para aliviar o sofrimento das pessoas, com as suas políticas redistributivas e a prestação de serviços universais (saúde, educação, salários, apoio à família) que asseguram o acesso a direitos, do que outras grandes invenções da medicina ou da física” (Townsend e Gordon, 2000:10).

O modelo social europeu caracteriza-se por um conjunto de traços de que se destaca a existência de um princípio de legitimidade política assente na democracia parlamentar e no Estado de Direito, por um lado, e a “...coexistência harmoniosa entre o pleno emprego e o objectivo de maior equidade na distribuição dos recursos, (...) conciliando o funcionamento do subsistema económico (que, assente nos direitos de propriedade, segue uma lógica racional de maximização do lucro (...)) e o subsistema social (...)” (Pereirinha et al. 1999: 35), que assegura a promoção do bem-estar das populações. Esta coexistência é sustentada por um pacto social aceite pelos representantes dos principais interesses económicos e sociais que concilia o mercado capitalista e as políticas sociais que asseguram simultaneamente eficiência económica e a diminuição das desigualdades sociais, através de esquemas relativamente generosos de protecção social, de prestação de cuidados de saúde de qualidade e de níveis elevados de educação e formação, garantidos por sistemas públicos e universais.

O estado assume uma presença relevante no sistema económico e no “aumento da procura global efectiva” (Mozzicafreddo, 2000:4), não apenas enquanto entidade reguladora, mas também enquanto fornecedor de serviços quer aos cidadãos em geral, por exemplo, pelas políticas sociais, quer às empresas, entre outras coisas pelo investimento em infraestruturas, “externalidades”, dinamização do emprego, aumento do consumo e pela forte comparticipação na investigação científica e tecnológica.

“As políticas não são uma espécie de sector ou departamento com vida própria. Elas são o resultado da política e são compreensíveis á luz das instituições políticas e dos processos políticos” (Schmidt, 2008:1988). As políticas publicas têm como objetivo promover o bem-estar social. Passou-se a ter um Estado de Providência a partir do momento que se começou a garantir os serviços mínimos a toda a população. Os fatores que fragilizaram o Estado Providência foram o desemprego, a diminuição do emprego e o envelhecimento da população, enquanto agentes políticos e mega-agentes económicos dos mercados globais desenvolvem um ataque cerrado às políticas sociais a favor da privatização da protecção.

O livre funcionamento da economia gera assimetrias cada vez mais acentuadas. O estado deve intervir fortemente na Economia para (re)introduzir justiça social. O nosso primeiro nível é intervir na relação estado/mercado através de políticas macroeconómicas.

As políticas públicas são um referencial, soluções para problemas que justificam a intervenção do poder político, poderá ser igualmente considerado um modelo de ação

As políticas públicas têm como função expressa a afetação de recursos (com ou sem relação ao mercado), a redistribuição de benefícios e incentivos, a regulação da atividade económica e a integração social. Pretendem ainda produzir normas de referência, incitar a discência institucional, remodelar a arquitetura institucional do Estado, e legitimar as instituições, reduzindo as tensões.

A formulação de políticas públicas e a sua implementação não devem basear-se apenas em procedimentos burocráticos normalizados, mas inclinar-se mais para uma abordagem baseada em projetos que acentuem a capacidade de adaptação e de flexibilidade. Isto é particularmente importante no domínio do trabalho social (Capucha, 2023).

Além disso, o esquema de um projeto social, que inclui as seguintes etapas: identificar uma situação problemática, chamar a atenção para ela, estabelecer prioridades, tomar decisões, avaliar a pertinência e executar as atividades planeadas para obter os resultados desejados.

O “trabalho continua a manter uma centralidade subjetiva na vida dos indivíduos difícil de negar. O acesso a rendimentos, a integração social, a posição social, a satisfação de se sentir útil e de se ser reconhecido ou o sentimento de autorrealização continuam, em grande medida, a depender de trabalho remunerado, ou seja, do emprego (...) De tal modo que a exclusão do mercado de trabalho opera ruturas, mais ou menos marcantes, nos modos de vida daqueles que a experimentam e condiciona o exercício pleno da cidadania”. (Hespanha et al cit in Paiva, 2015, p.49).

A mudança para considerar o emprego como fator central para determinar o status social iniciou com o crescimento das sociedades capitalistas a partir do século XIX. Conforme refere Paiva (2015) esta relação estabelecida com a entidade empregadora gerou o conceito de emprego. *“Genericamente aceita-se que o «emprego» é uma relação contratual (sob várias formas) entre homens que vendem a sua força de trabalho, por algum valor ou remuneração e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca: um salário.”* (Paiva, Pinto, Monteiro, & Augusto, 2015, p. 47)

Além disso, o conceito de empregabilidade introduz outras perspetivas na análise da posição do indivíduo dentro da sua profissão. Kovacs (1999) define a empregabilidade como *“a oportunidade e capacidade de as pessoas adquirirem competências que lhes permitam encontrar, manter e enriquecer a sua atividade e mudar de emprego. A empregabilidade significa possibilidades acrescidas ao longo da vida de trabalho: transição bem-sucedida da escola para o primeiro emprego, reentrada no mercado de trabalho a partir de uma situação de desemprego, mobilidade horizontal e vertical entre e dentro de empresas, aptidão para responder a conteúdos e requerimentos de emprego.”* (Paiva, Pinto, Monteiro, & Augusto, 2015, p. 50).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego é uma questão complexa que pode ser causada por uma série de fatores económicos, sociais e políticos. Num enquadramento económico social, no qual o emprego para a vida deixa de ser predominante, observa-se uma transição para a passagem do “*primado do emprego para a vida pelo primado da empregabilidade para a vida.*” (Paiva, Pinto, Monteiro, & Augusto, 2015, p. 203)

Na perspetiva de empregabilidade de McQuaid e Lindsay (2005), (a designada empregabilidade interativa como a capacidade relativa de um indivíduo obter um emprego considerando a interação entre as suas características individuais, o mercado de trabalho, os ciclos económicos e a empregabilidade dos restantes grupos de pertença), atentam três dimensões interligadas: os fatores individuais, as circunstâncias pessoais e os fatores externos.

Tabela 7 - Fatores Associados à empregabilidade interativa e multidimensional

Fatores Individuais	Competências e atributos da empregabilidade Saúde e bem-estar Procura de emprego Adaptabilidade e mobilidade
Circunstâncias individuais	Circunstâncias familiares Cultura de trabalho Acesso a recursos
Fatores Externos	Fatores subjacentes à procura (dinâmica de mercado de trabalho; tendências macroeconómicas; formas contratuais; condições contratuais e políticas de recrutamento). Ativação de apoios (acessibilidade dos serviços públicos de apoio à procura de emprego e tecnologias de comunicação e informação; apoio à procura de emprego e aconselhamento; incentivos fiscais; apoio à transição da escola para o mercado de trabalho); outros fatores políticos de apoio à procura de emprego (ex. acessibilidade e serviços de transporte, cuidado de crianças

Fonte: Adaptado de McQuaid (2004); Almeida (2007)

Esta perspetiva de emprego e empregabilidade será sustentada por políticas e estratégias que promovem o desenvolvimento do capital humano

2.3. Metodologia em Serviço Social

“A profissão de Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social.” (Código de Ética / APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2007)

A incorporação sistemática de métodos de investigação e de teorias científicas no campo do trabalho social é proposta por diferentes cientistas sociais, sublinhando a importância do planeamento e da avaliação como instrumentos para melhorar as competências dos assistentes sociais, contribuindo para a sua progressão prática e teórica.

Além disso, é sublinhada a necessidade de planeamento e avaliação nos processos de elaboração de políticas e na investigação em ciências sociais, contribuindo para a consecução dos direitos humanos e para a resolução de problemas sociais a longo prazo.

“A procura de uma maior racionalidade, do casamento perfeito entre o uso dos meios e a prossecução dos fins, faz parte da matriz genética do seu projeto académico. Stone (2002) chama a esta indagação o Santo Graal, que tornará o processo de decisão mais ajustado à escolha das soluções mais adequadas para os problemas diagnosticados, gerando o máximo de benefícios, a um custo mínimo.” (Carvalho, 2013, p. 5)

Para além da utilidade prática no desempenho profissional dos trabalhadores sociais, o planeamento e a avaliação têm uma utilidade cognitiva, na medida em que obrigam a convocar e a saber utilizar as teorias científicas e as ferramentas metodológicas e técnicas de investigação social (Mayer et al, 2000).

É por essa razão que é conferida a máxima importância às metodologias de planeamento e avaliação: elas são a via pela qual a investigação científica se incorpora na ação social, assim elevando o patamar de competências dos trabalhadores sociais. *“As metodologias de planeamento e avaliação são ferramentas de transformação dos problemas sociais em problemas científicos.”* (Capucha, 2023, p. 22).

Neste caso concreto, o processo de avaliação permite monitorizar e avaliar a relevância e coesão do conjunto das medidas implantadas no âmbito do incentivo ao investimento, e orientar a intervenção pública de forma eficaz e eficiente, ao nível da promoção do investimento. *“A necessidade de avaliar um programa, o impacto de uma política pública ou um serviço prestado pela administração pública, tem origem na crença, comum, de que o resultado destas acções, por parte dos decisores políticos, acarreta benefícios mensuráveis.”* (Bilhim, 2008 p.103)

Capucha (2023), analisa a importância de incutir metodologias eficazes de planeamento e avaliação no domínio do trabalho social, defendendo que o planeamento é uma parte essencial do mecanismo processual do trabalho social e que o seu currículo de formação deve centrar-se nele.

Discutindo o *stress* crescente nas instituições de trabalho social devido a cenários desafiantes como o envelhecimento, a globalização e as ameaças ambientais, situações essas que devem ser abordadas através da mudança de um padrão hierárquico normalizado para uma abordagem centrada em projetos encorajando a participação e a colaboração e facilitando a fusão de equipas interdisciplinares.

A pesquisa explorou a metodologia da investigação-ação, que se baseia na combinação de perspetivas científicas e reflexivas, para enfrentar problemas sociais específicos. Por conseguinte, sistemas de planeamento e avaliação constituem um fundamento essencial para uma prática social competente. Salientando o papel crucial da aprendizagem e da aplicação efetiva destas ferramentas, evitando a armadilha de as ignorar como meros artifícios técnicos. (Capucha, 2023).

Isto implica a construção de uma ponte entre a investigação e a aplicação na vida real do trabalho social, centrando-se em teorias interligadas e soluções aplicadas. Além disso, um trabalho social que integre planeamento, avaliação e esforços de equipas interdisciplinares permite uma perspetiva mais equilibrada.

É importante o planeamento, a avaliação, a participação e a utilização de quadros teóricos adequados para compreender e abordar as questões sociais. Apresentando um argumento convincente para a adoção de uma abordagem mais holística, flexível e inclusiva do trabalho social e da elaboração de políticas (Capucha, 2023).

Planear e implementar a avaliação de projetos sociais pode desempenhar um papel fundamental para garantir a utilização eficaz dos recursos e alcançar os resultados desejados. A avaliação é assim uma ferramenta fundamental para aprender, melhorar, difundir e replicar intervenções sociais. É uma atividade que utiliza metodologias científicas para recolher dados, analisá-los e refletir sobre os resultados para uma melhor tomada de decisões.

As avaliações têm dois objetivos gerais: a responsabilização e o autoaperfeiçoamento. No que respeita à responsabilização, trata-se de garantir aos financiadores, às partes interessadas e aos membros da comunidade que o seu investimento foi utilizado de forma sensata e produziu resultados positivos. Por outro lado, a aprendizagem e o autoaperfeiçoamento, referem-se ao reforço das estratégias de gestão e implementação do projeto, à correção de erros e à incorporação de melhorias ao longo do tempo.

O processo de avaliação passa por várias fases: desde o pré-planeamento, ao acompanhamento contínuo e, finalmente, à avaliação pós-projeto. Capucha (2023) identifica quatro dimensões da avaliação: impactos, realização, operacionalização e concetualização da intervenção. Cada dimensão desempenha um papel próprio no processo de análise e aprendizagem.

Os impactos referem-se às mudanças a longo prazo que ocorrem como resultado do projeto social. A realização envolve as atividades e os resultados do projeto. A operacionalização centra-se na forma como o projeto é gerido e executado, e a concetualização da intervenção envolve o processo de conceção e de tomada de decisões subjacente ao projeto.

Embora a nossa compreensão da realidade possa ser limitada pelas nossas percepções, é possível influenciar a realidade através da transformação da nossa percepção. Neste ponto, o valor de metodologias científicas como a investigação qualitativa, ajuda a compreender e a transformar a realidade.

Em termos de execução de avaliações, existem normalmente dois tipos. As avaliações externas efetuadas por avaliadores independentes com base em informações recolhidas de várias fontes, como documentos, entrevistas e estatísticas. As avaliações internas, por sua vez, são realizadas pela equipa responsável pelo projeto, utilizando vários métodos, incluindo a observação e os registos diários. Cada uma tem as suas vantagens e desafios; por exemplo, as avaliações externas são muitas vezes mais objetivas, mas podem não ter a compreensão matizada que advém do envolvimento direto na execução do projeto. As avaliações internas podem estar mais em sintonia com os objetivos do projeto, mas podem estar sujeitas a preconceitos ou à falta de conhecimentos especializados.

Para ultrapassar estes desafios, existem também formas mistas de avaliação que podem ser aplicadas. No meio de tudo isto, é importante ter um protocolo de avaliação bem definido que especifique as responsabilidades, os resultados esperados e a afetação de recursos.

Os dados e os indicadores desempenham um papel fundamental no processo de avaliação. Existem dois tipos de dados: descritivos e avaliativos. Os dados descritivos descrevem simplesmente o que aconteceu durante o processo do projeto, enquanto os dados avaliativos vão mais fundo para analisar como e porquê os eventos ocorreram.

Os indicadores são variáveis que medem vários aspetos do projeto. Desempenham um papel crucial na compreensão do progresso em direção aos objetivos estabelecidos. Podem mostrar a eficácia (ou a falta dela) das estratégias do projeto e revelar as áreas que precisam de ser melhoradas. Um sistema de indicadores robusto deve ser seletivo e sensível, pelo que não deve complicar demasiado o processo e deve ser claro na sua interpretação.

Em conclusão, os métodos de avaliação rigorosos, flexíveis e contextuais são importantes para melhorar os resultados dos projetos sociais. Através de uma recolha de dados cuidadosa, de uma análise ponderada e de um feedback regular, as equipas de projeto podem aprender continuamente e melhorar as suas intervenções. A ideia central reforçada é que uma melhor avaliação conduz a melhores projetos que, por sua vez, podem conduzir a melhores resultados sociais.

O planeamento melhora a intervenção através do aumento da transparência, do incentivo à aprendizagem estratégica, da satisfação das partes interessadas e do aumento da eficiência dos recursos (Capucha, 2023). Dos diferentes modelos de planeamento, tais como o triângulo de planeamento, o modelo de organização United Way, o modelo da Fundação Kellogg e o modelo de Claude Bennett, relevo neste trabalho a "teoria da mudança".

Operar com base em projetos de investigação-ação consiste em mobilizar conhecimento para identificar as ações necessárias à indução de uma mudança a partir de uma vontade politicamente orientada face a uma

situação diagnosticada como problemática, utilizando os recursos necessários com a eficiência possível e perspetivando a desmobilização do dispositivo de investigação e intervenção uma vez alterada a situação, isto é, alcançados os objetivos (Guerra, 2007; Capucha, 2008).

O "Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento" é apresentado como um importante instrumento de política pública. Este regulamento tem como objetivo promover a transformação da economia local e das empresas, o que, por sua vez, impacta positivamente a vida das pessoas. Para atingir esse objetivo, o regulamento utiliza ferramentas como reduções fiscais para atrair mais investimentos para a região. Isso resulta na criação de empregos e na melhoria das condições de vida dos residentes.

Esta abordagem é fundamentada na Teoria da Mudança e na aplicação prática de projetos de investigação-ação. Nesse contexto, a mobilização do conhecimento é essencial para identificar as ações necessárias para induzir mudanças orientadas politicamente em resposta a situações diagnosticadas como problemáticas.

O objetivo da Regulamento de Incentivos ao Investimento é mesmo transformar, mudar, - transformar a economia, transformar as empresas e com isso transformar vidas. Através de ferramentas como reduções fiscais para atrair mais investimentos para a região, e conseqüentemente criar empregos, melhorando a vida dos residentes.

Assumindo-se o emprego como uma ponte entre o crescimento e a redução da pobreza (UE, 2007, p. 3), este é ainda mais relevante em contextos específicos como quando as competências técnicas são inadequadas ou insuficientes, como é o caso do Barreiro. O emprego tem assim um papel determinante no desenvolvimento socioeconómico dos territórios, promovendo crescimento económico e maior qualidade de vida para os munícipes. A ideia não é apenas mudar por mudar, mas mudar para melhorar. É por isso que uma parte crucial desta teoria é a avaliação contínua. Estamos melhorando? Se não, ajustamos até que estejamos. Aprendemos com a experiência, adaptamos nossas estratégias e buscamos incansavelmente o sucesso.

Uma mudança na economia pode significar uma mudança no emprego e na qualidade de vida, como um dominó em ação. Destacando a importância do emprego no desenvolvimento dos países, o Banco Mundial identifica três dimensões de transformação do emprego nos indivíduos e na sociedade: i) o nível de vida, ii) a produtividade e a iii) coesão social. (Banco Mundial, 2014, p. 45)

Conclusão

Em síntese, esta dissertação proporciona uma análise da transformação socioeconómica, demográfica e ambiental do Barreiro, focando particularmente os efeitos do Programa de Incentivos ao Investimento no Desenvolvimento Sustentável do Barreiro.

Ao longo de eventos históricos, como a influência marcante da CUF, a região experimentou notáveis períodos de crescimento e desenvolvimento. No entanto, à medida que as atividades industriais cederam espaço ao setor de serviços, desafios como o aumento do desemprego, envelhecimento populacional, degradação ambiental e condições de vida precárias surgiram.

A pesquisa realça os esforços ativos da região para melhorar essas circunstâncias, através de intervenções sociais, económicas e ambientais. Sendo que nesta dissertação foca particularmente no estudo de caso do Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento, permitindo uma compreensão das suas implicações e contribuições para o panorama económico e social do Barreiro.

Em resposta à questão de partida sobre a eficácia da política de incentivo ao investimento do Município na promoção do desenvolvimento económico local, conclui-se que esta política tem desempenhado um papel significativo na atração de investimentos, na criação de empregos e no estímulo à riqueza na região. A análise das empresas candidatas ao Regulamento revelou um panorama diversificado em termos de desenvolvimento económico local, abrangendo diferentes setores, dimensões de empresas e áreas de atividade.

No entanto, é importante considerar que a variação no número de candidaturas ao longo dos anos, a diversidade de setores, dimensões de empresas, prazos e valores de investimento mostra um ambiente atrativo para investidores de várias origens e tamanhos. Este cenário multifacetado de investimentos destaca a importância da monitorização contínua e da avaliação dos resultados para garantir que as políticas de incentivo ao investimento continuem a beneficiar a região de forma eficaz.

Até ao momento, o regulamento prevê a criação de 689 postos de trabalho e um total de investimento considerável em projetos diversos. No entanto, é importante acompanhar e avaliar o impacto desses incentivos ao longo do tempo para verificar se estão efetivamente a contribuir para o desenvolvimento económico e social do Município

É assim indispensável a contínua revisão, monitorização e evolução das políticas e iniciativas públicas para abordar as mudanças em curso. Ao explorar diversas intervenções simultaneamente, a cidade pode maximizar o seu potencial para facilitar um desenvolvimento económico e social sustentável, elevando a qualidade de vida dos seus habitantes.

Em suma, a relevância das políticas públicas e do trabalho social na promoção do desenvolvimento económico e sustentável, juntamente com a melhoria da qualidade de vida, é indiscutível. A implementação

eficiente destas políticas pode induzir transformações territoriais significativas e manter um nível mínimo de serviços essenciais para as populações.

O Estado desempenha um papel fundamental na realização da justiça social, regulando a economia e redistribuindo os benefícios. No âmbito da formulação de políticas no contexto do trabalho social, a abordagem baseada em projetos é crucial. Tópicos como emprego e empregabilidade emergem como fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico. A investigação, avaliação e planeamento são alicerces para uma prática eficaz do trabalho social, exigindo uma abordagem inclusiva e adaptável, ancorada em quadros teóricos sólidos. A utilização de dados e indicadores precisos, englobando múltiplas dimensões como impactos, realizações, operacionalização e conceptualização, é central.

Destaca-se a teoria da mudança, particularmente a abordagem proposta por John P. Kotter, que enfatiza o potencial de eficácia na implementação de políticas públicas através da colaboração e planeamento estratégico. Para atingir resultados ótimos, profissionais de serviço social e implementadores de políticas devem combinar o conhecimento teórico com a experiência prática. Além disso, a promoção da participação ativa, através de diversas técnicas, pode impulsionar mudanças, expandir o conhecimento e fomentar comprometimento e responsabilidade entre as partes interessadas. Portanto, a combinação da compreensão teórica com a experiência prática e a inclusão das partes interessadas pode amplificar a eficácia tanto na implementação de políticas públicas quanto na prática do trabalho social.

Uma trajetória promissora para investigações futuras reside na expansão da análise do estudo de caso do Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento. Aprofundar a compreensão das razões subjacentes ao desalinhamento entre o leque diversificado de empresas atraídas para o município e os objetivos de criação de emprego poderia fornecer uma perspetiva mais completa. A atual pesquisa aborda o número de postos de trabalho projetados, contudo, a exploração futura poderia oferecer insights detalhados sobre a natureza e qualidade desses empregos, bem como determinar a correspondência entre as competências da mão de obra local e os requisitos dessas posições.

Outra direção fundamental é a implementação de um método de avaliação rigoroso que considere tanto as metas económicas como os objetivos sociais da política. Uma abordagem potencial seria a adoção de análises comparativas, onde se poderia examinar e comparar o desempenho das empresas beneficiárias dos incentivos com aquelas que não se beneficiaram, medindo os impactos económicos e sociais gerados. Além disso, uma avaliação custo-benefício completa poderia ser realizada para determinar se os resultados alcançados justificam os investimentos públicos efetuados.

A análise das respostas da comunidade e dos investidores ao regulamento, identificando os sucessos e as lacunas percebidas, poderia ser alcançado através de inquéritos, entrevistas e análises qualitativas para compreender a perceção das partes interessadas sobre a eficácia da política e as áreas que requerem melhorias.

Além disso, seria valioso avaliar como as mudanças nas circunstâncias econômicas, sociais e tecnológicas podem afetar a relevância e eficácia do regulamento ao longo do tempo. Isso exigiria uma análise contínua para garantir que a política permaneça adaptada às necessidades em evolução da comunidade e do setor empresarial.

Por último, mas não menos importante, seria fundamental estabelecer um sistema de monitorização contínua para avaliar regularmente o progresso e os resultados da política ao longo do tempo. Isso permitiria ajustes oportunos e informados, garantindo que a política esteja sempre alinhada com os objetivos estabelecidos.

Por outro lado, as limitações deste estudo englobam a falta de conhecimento acerca da sustentabilidade a médio e longo prazo das empresas atraídas pelos incentivos e seu impacto na economia local do Barreiro. A avaliação da rentabilidade e sobrevivência dessas empresas é crucial para medir a eficácia da atração de investimento. Além disso, potenciais efeitos adversos dos incentivos merecem consideração.

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. N. (1993). A Fábrica e a Família - Famílias Operárias no Barreiro. Câmara Municipal do Barreiro.
- Ander-Egg, E. (1992), *Introducción al Trabajo Social*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores SA.
- Ander-Egg, Ezequiel (1999), *Como Elaborar um Projecto*, CPIHTS, Lisboa
- Barata, A. R., & Gautier, R. (2005). O Barreiro na transição do século XIX para o século XX. Câmara Municipal do Barreiro.
- BCSD Portugal. (julho de 2023). Trabalho Digno e Crescimento Económico. Obtido de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: <https://ods.pt/objectivos/8-trabalho-e-crescimento-economico/>
- Bihim, J. (2008), Políticas públicas e agenda política”, *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, nº2 (p.99-121)
- Blaikie, Norman. (2000). *Designing Social Research*. Cambridge. Ed. Polity Press (cap. 4).
- Boeuf, Jean-Luc (2001), «L ’evaluation des Politiques Publiques», *Problèmes Politiques et Sociaux*, nº 853, La Documentation Française.
- Bradar no Deserto Gazes da CUF - Um olhar sobre o Barreiro. (1989).
- Câmara Municipal do Barreiro. (1993). *RELATÓRIO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO BARREIRO*.
- Camarão, A e Motta, F. (2021). 500 anos do Município do Barreiro: atribuição de carta de Vila. Câmara Municipal do Barreiro.
- Capucha, Luís et al, (1996), “Metodologias de Avaliação: o estado da arte em Portugal”, *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, nº22 (p.9-27)
- Capucha, L. (2023). *Planeamento e Avaliação de Projetos Sociais - Relatório de Unidade Curricular apresentado no âmbito da prestação de Provas de Agregação em Serviço Social*. Lisboa.
- Capucha, Luís e Paulo Pedroso (1996) (orgs), *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº22
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora
- Capucha, Luís (2008), *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião Prático*, Lisboa

Carvalho, E. d. (2013). Decisão na administração pública: diálogo de racionalidades. *Sociologia Problemas e Práticas* nº73, pp. 131-148.

Castel, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale – une chronique du salariat*, Paris, Fayard

Carmona, R. (2010). O Barreiro Operário. Anos 30/50. Um retrato Social. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do Colóquio Internacional - Industrialização em Portugal no Século XX - O caso do Barreiro* (pp. 231-248). EDIUAL - Universidade Autónoma Editora.

CEDRU; Câmara Municipal do Barreiro. (2020). *Revisão da Carta Educativa do Barreiro. Uma abordagem multidimensional do sistema educativo: maior integração, melhores resultados*. Barreiro

Conselho Local de Ação Social - Rede Social do Barreiro. (2018). *Plano De Desenvolvimento Social Do Barreiro 2017 - 2020*. Barreiro: Conselho Local de Ação Social do Barreiro; Câmara Municipal do Barreiro.

Duarte, A. (2020). A cidade dentro da cidade - Espaço obsoleto como catalisador de rejuvenescimento socioeconómico do Barreiro. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura.

Falcão, Maria do Carmo (1986), "A prática Social na modernidade", *Intervenção Social*, Ano 2, nº4, pp.9-30

Ferreira, A. J., Teixeira, A. S., & Oliveira, C. (2014). A CUF no Barreiro Realidades, Mitos e Contradições. Página a página.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (agosto de 2023). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade*. Obtido de Pordata:

<https://www.pordata.pt/municipios/ganho+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+nivel+de+escolaridade-288>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (julho de 2023). *Habitantes por centro de saúde e extensão (1993-2011)*. Obtido de PORDATA:

[https://www.pordata.pt/municipios/habitantes+por+centro+de+saude+e+extensao+\(1993+2011\)-487](https://www.pordata.pt/municipios/habitantes+por+centro+de+saude+e+extensao+(1993+2011)-487)

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (julho de 2023). *Habitantes por médico e farmacêutico*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/municipios/habitantes+por+medico+e+farmaceutico-495>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2023). *Proteção Social*. Obtido de PorData:

<https://www.pordata.pt/subtema/municipios/seg.+social+++pensionistas-241>

Fundação Manuel dos Santos. (junho de 2023). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica*. Obtido de PORDATA - Estatísticas de Portugal e da Europa:

<https://www.pordata.pt/portugal/ganho+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+setor+de+atividade+economica-377>

Fundação Manuel dos Santos. (junho de 2023). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica*. Obtido de PORDATA - Estatísticas de Portugal e da Europa:

<https://www.pordata.pt/portugal/ganho+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+setor+de+atividade+economica-377>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (julho de 2023). *Habitantes por centro de saúde e extensão (1993-2011)*. Obtido de PORDATA:

[https://www.pordata.pt/municipios/habitantes+por+centro+de+saude+e+extensao+\(1993+2011\)-487](https://www.pordata.pt/municipios/habitantes+por+centro+de+saude+e+extensao+(1993+2011)-487)

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (julho de 2023). *Habitantes por médico e farmacêutico*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/municipios/habitantes+por+medico+e+farmaceutico-495>

Fundação Manuel dos Santos. (junho de 2023). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica*. Obtido de PORDATA - Estatísticas de Portugal e da Europa:

<https://www.pordata.pt/portugal/ganho+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+setor+de+atividade+economica-377>

Gomes, G. (2010). A Companhia União Fabril nos anos 70 - A procura de novas estratégias. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do Colóquio Internacional - Industrialização em Portugal no Século XX - o caso do Barreiro* (pp. 93-107). EDIUAL - Universidade Autónoma Editora.

Governo da República Portuguesa - Ministério da Saúde. (agosto de 2023). *Relatórios de Acesso Cuidados de Saúde*. Obtido de SNS: <https://www.sns.gov.pt/home/relatorios-de-acesso-cuidados-de-saude/>

Guerra, Isabel Carvalho; (2002); *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção, O Planeamento em Ciências Sociais*; 2ª Edição revista e aumentada; Principia

INFORMA D&B, Lda. (s.d.). Obtido de Einforma: <https://www.einforma.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (1970). 1970 - 15 de Dezembro (XI Recenseamento Geral da População) (I Recenseamento Geral da Habitação). Obtido de INE - Instituto Nacional de Estatística:
file:///C:/Users/NLeitao/Downloads/1970_1%C2%BA%20volume.pdf

Instituto Nacional de Estatística. (1981). 1981 - 16 de Março (XII Recenseamento Geral da População) (II Recenseamento Geral da Habitação). Obtido de INE:
https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1981

Instituto Nacional de Estatística. (setembro de 2022). Taxa de variação homóloga do IPC diminui para 8,9% - agosto de 2022. Obtido de INE - Instituto Nacional de Estatística:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540172909&DESTAQUESmodo=2

Leitão, N. (2023, 9 de maio). Entrevista sobre o Regulamento de Incentivos ao Investimento [Entrevista]. Rui Braga (Vice-presidente da Câmara Municipal), Barreiro.

Lima, F., Reis, J., Centeno, M., & Tavares, T. (2010). Recrutamento, carreiras e remuneração da força laboral do Barreiro, 1907-1974. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do Colóquio Internacional: Industrialização em Portugal no Século XX - o caso do Barreiro* (pp. 15-35). EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A.

Mamede, R. P., & Silva, P. A. (2020). *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2020 - Valorizar as Políticas Públicas*. IPPS-Iscte — Instituto para as Políticas Públicas e Sociais.

Mendes, J. A. (2010). Industrialização ou Revolução Industrial em Portugal? Uma interpretação. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do Colóquio Internacional- Industrialização em Portugal no século XX - o caso do Barreiro* (pp. 75-88). EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A.

Mendes, J. A., & Faria, M. F. (2010). *Actas do Colóquio internacional - Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro*. EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A.

Mozzicafredo, Juan (1997), *Estado – Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora

Município do Barreiro. (setembro de 2019). Regulamento n.º 712/2019. Obtido de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/dre/detalhe/regulamento/712-2019-124573235>

Neves, D. L. (2010). A CUF e o Barreiro: Responsabilidade social, empresarial e Sustentabilidade. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, *Actas do Colóquio Internacional - Industrialização em Portugal no Século XX - O caso do Barreiro* (pp. 109-123). EDIUAL - Universidade Autónoma Editora.

Neves, P. (2010). Gerir o crescimento empresarial - a evolução da estrutura organizativa da CUF, 1865-1975. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes, Actas do Colóquio Internacional - Industrialização em Portugal no século XX - o caso do Barreiro (pp. 37-57). EDIUAL - Universidade Autónoma Editora.

Pais, A. d. (1963). O Barreiro antigo e moderno - As outras terras do município. Câmara Municipal do Barreiro.

Pais, A. d. (1965). O Barreiro Contemporâneo - A grande e progressiva Vila Industrial I Volume. Câmara Municipal do Barreiro.

Pais, A. d. (1971). O Barreiro Contemporâneo. Câmara Municipal do Barreiro.

Paiva, J., Pinto, L., Monteiro, A., & Augusto, N. (2015). *Empregabilidade na Economia Social - O papel das políticas ativas de emprego*. Porto: EAPN Portugal | Rede Europeia Anti-pobreza.

Pedroso, Paulo (2010), Modelos de Activação dos desempregados: os desafios estruturais e as condicionantes conjunturais, Coleção Cogitum nº37, GEP/MTSS, Lisboa 2010 DGIDC/ME

Pimenta, J. A. (1886). Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro. Lisboa: Livraria Editora de Henrique Zeferino, TYP. do Diccionario Universal Portuguez.

PORDATA. (2023). INE - Estimativas Anuais da População Residente. Obtido de INE - Instituto Nacional de Estatística: <https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela>

Rede Social Barreiro. (2022). *Diagnóstico Social 2022 - Concelho do Barreiro*. Barreiro.

Schmidt, João Pedro (2007), "Gestão de Políticas Públicas: elementos de um modelo pós-burocrático e pós-gerencialista", Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos, Santa Cruz do Sul, EDUNISC (p.1988-2032)

Serviço Nacional de Saúde. (2019). Relatório Anual - ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE NOS ESTABELECIMENTOS 2019. República portuguesa.

Teixeira, J. (1993). O Barreiro que eu vi. Câmara Municipal do Barreiro.

Trevisan, Andrei e Hans Bellen (2008) «Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção» Revista de Administração Pública, nº317

União Europeia/ Comissão das Comunidades Europeias (2007) - Promoting Employment through EU Development Cooperation, acedido em julho de 2023 em https://ec.europa.eu/europeaid/commission-staff-working-document-promoting-employment-through-eu-development-cooperation_en

Ventura, A. G. (2020). Os municípios ribeirinhos da margem esquerda do estuário do Tejo e a cidade de Lisboa nos sécs. XIV-XIX: conferências, colóquios e outros escritos. Câmara Municipal da Moita.

Vilelas, José Vilelas (2009), O Processo de Investigação, Lisboa, Edições Sílabo

ANEXO A: Transcrição da Entrevista ao Vice-presidente da Câmara Municipal do Barreiro

Nádia Leitão (NL) - Qual foi o principal objetivo para criares este regulamento?

Rui Braga (RB)- O principal objetivo para criar o regulamento. Assenta sempre na visão que o decisor tem, ou que nós tivemos, da cidade que queremos. Todos os decisores têm uma estratégia na cabeça. No nosso caso, que somos uma autarquia, temos alguns índices que queremos aumentar e não são propriamente só a ver com dinheiro ou receita.

A qualidade de vida, quando tu medes a qualidade de vida, tens alguns indicadores que são importantes quando nós falamos neste tema. O emprego, na cidade onde tu vives, é um dos indicadores de topo de uma cidade com mais qualidade de vida. Sendo que o primeiro é sempre o acesso à saúde, e também temos feito algum trabalho nessa área com a construção de Centros de Saúde, mas aumentar os índices de emprego na cidade é um desígnio deste executivo. E então, temos que utilizar, ou tentar utilizar, as ferramentas que nós tínhamos ao nosso dispor, se é que havia, no caso do Barreiro não havia nenhum estímulo direto à criação de emprego e ao investimento, e foi o que fizemos, com o objetivo de nos tornar mais concorrenciais com os nossos pares, para que, em situação de igualdade, o regulamento de incentivos possa pender para lá do Barreiro, e os investidores privados invistam com um incentivo, aí sim financeiro, para sediar aqui as empresas e continuarem-se a desenvolver.

Com este objetivo respondendo diretamente à tua pergunta, queremos aumentar os índices de qualidade de vida na cidade.

NL - E quais é que foram os principais desafios, quando implementaram?

RB - No nosso caso, foi tentarmos encontrar um equilíbrio também financeiro, do qual é que seria o impacto da 'não receita', e perceber se tínhamos mesmo uma 'não receita' ou se poderíamos ter um aumento de receita face à implementação do regulamento. Perceber se a medida que nós íamos implementar desequilibrava o orçamento ou não, e se no fim do dia era uma ferramenta que nos ia perder fazer desequilibrar o orçamento, ou se por outro lado poderia aumentar a receita do nosso orçamento para cumprir o objetivo, que é aumentar o índice de qualidade de vida e empregabilidade no concelho. Passado esta convicção e o estudo que fizemos, que aponta para, tendencialmente, aumentar a receita da autarquia, os outros desafios foram contextuais. Perceber que temos agora uma ferramenta, acima de tudo financeira, como é que nós vendemos o município no nível de localização geográfica, acessibilidades que temos, e o que é que a autarquia está a fazer, que pode falar com os privados para os convencer a sediar aqui a empresa, porque só o regulamento não chega. E o principal desafio que ainda está em curso é percebermos o conjunto e o alcance desta iniciativa, porque não começa e acaba só no facto de termos um regulamento de incentivos. O regulamento de incentivos tem de indicar também alguma política e tem de vir acompanhado daquilo que nós falamos quase todos os dias, acessibilidades no concelho de geográfica, posicionamento em relação a

Lisboa, e tentar comunicar este incentivo de forma a mais eficaz possível para conseguirmos termos os resultados que estamos a ter.

NL - E como é que está a ser avaliado?

RB - Eu acho que está a ser avaliado muito bem, porque não só colocou a cidade mais competitiva de facto, é um facto, eu sou mais competitivo porque tenho uma ferramenta que os outros não têm, tanto lá para a Lisboa não dizia melhor que eu, e porque hoje temos alguns investimentos que vêm debaixo do chapéu do regulamento de incentivos.

A SOGENAVE é um investimento grande que está a ser sediado na cidade, que tem um impacto muito grande no plano de negócios do privado.

O conjunto de todos os incentivos que nós damos em sede de IMI, em sede de IMT, em sede de taxas, vão corresponder a mais ou menos quase 13 milhões de euros de incentivo, o que é relevante do lado de quem investe, portanto eu não poderia estar mais satisfeito, porque a dúvida será sempre se eu tivesse regulamento ou se não tivesse regulamento o investimento vinha ou não para o Barreiro. Eu tendo a acreditar, porque sou um otimista, que com esta ferramenta estou mais apto a negociar e a receber mais investimento. Portanto, eu comungo da opção de que este regulamento ou este tipo de incentivos conduzam a um aumento de receita e por consequente um aumento de qualidade de vida de todos, um aumento de emprego, um aumento de investimento.

Temos a CUF, que veio também debaixo do chapéu do regulamento de incentivos, e para terminar e responder diretamente está a ser validado com as maiores empresas do país, portanto são o Grupo SOGENAVE/Grupo Trivalor e o Grupo CUF, que são as duas grandes bandeiras que nós temos de credibilização deste instrumento que nós temos no Barreiro, para além de termos incentivado outras pequenas e médias empresas a virem para o Barreiro, já é um conjunto vasto de coisas, mas quando tu tens os melhores entre os melhores do teu país que escolhem o Barreiro e que escolhem o regulamento de incentivo para deslocar as suas sedes e assediar aqui novas dinâmicas, eu tendo a acreditar que a validação estará feita por este ponto de vista, pode haver muitos pontos de vista, mas eu acredito que é algo que nos vai marcar a diferença no quadro competitivo municipal entre municípios.

NL - E como é que conseguiram implementar a medida? Qual foi o impacto no financiamento da Câmara e que impacto financeiro, ou seja, a implementação da medida veio ser benéfico para o impacto financeiro que tiveram?

RB - Qual foi a solução que nós encontramos? Numa primeira fase é perda de receita direta, porque quando eu isento o IMT, isento a derrama, e isento o IMI, vou perder receita. Qual foi o trade-off que nós garantimos e que também está validado, porque está aceite por todos aqueles que o assinaram e concorreram a eles, a tal CUF, a tal Trivalor. Nós temos um horizonte de 10 anos, onde nos primeiros 3 anos isentamos esta receita que viria se eu não tivesse regulamento e obrigamos a manter as condições durante 10, ou seja, numa avaliação muito básica, nós damos incentivos durante 3 anos e obrigamos a manter as

condições durante 7, sob pena de os incentivos dados nos primeiros 3 anos reverterem para autarquia. Deste ponto de vista, nós estamos a passar, estamos na fase da curva de perder, ou de perder receita, porque estamos a isentar, estamos a dar incentivos. No futuro, vamos aumentar receita porque vamos ter um grande contribuinte, acima de tudo, no imposto chamado derrama, que nos vai aumentar receita permanente, se a empresa manter o nível dos últimos 10 anos.

Uma empresa como a CUF, que desloca a sede para o Barreiro, ou uma empresa como a Trivalor, que fatura quase 1b, que paga bastante derrama, eu prefiro que ela pague no Barreiro do que pague em Vila Real de Santo António. O que não havia anteriormente, portanto, desse ponto de vista, nós damos benefícios durante 3 anos e aumentamos receita fiscal desse lado. As pessoas perguntam, mas as taxas de construção só se pagam uma vez, se eu isento taxas de construção, como é que eu recupero o dinheiro? É aqui que entra a visão de que a autarquia não é uma empresa. Portanto, quando eu faço sediar uma empresa no Barreiro e que lhe isento taxas de construção, obviamente que o *meu trade-off* não é só o dinheiro das taxas de construção, porque eu vou ter 750 pessoas a trabalhar no Barreiro, que vão criar novas dinâmicas, que vão comer nos meus restaurantes, que vão procurar apartamentos na cidade, que vão comprar nos meus supermercados, que vão beber aqui um café, que se vão vestir aqui nas lojas da cidade, e esse valor intangível é o meu retorno enquanto autarca, para além de que vou criar emprego na cidade. Portanto, a probabilidade de eu criar emprego no Barreiro com um empregador desta dimensão e criar emprego anualmente é maior do que se não tiver uma empresa destas, uma empresa que contrata todos os anos 50, 60 pessoas. É natural que estas empresas contratem na cidade, certo? Porque numa primeira fase deslocam emprego, numa segunda fase muito próxima contratam na cidade. E esse é o retorno para a receita que nós, à partida e na folha de Excel, perdemos direto, porque é impossível de contabilizar o que é que aqueles 750 funcionários que vêm de outra região vão gastar na cidade.

E esse trade-off deixa-me, enquanto decisor e enquanto político, bastante satisfeito de perder a receita destas taxas de construção, que já não a posso recuperar como a derrama lá na frente. Porque o impacto na nossa dinâmica vai ser gigante, não tenho dúvidas nenhuma. Mas, o negócio como a Cuf tem outra capacidade, que também tem de ser contabilizado como retorno e que também é intangível, que é a capacidade de atrair pessoas de fora do concelho para vir a esta unidade.

Há perguntas de quantas pessoas é que vêm à clínica da Cuf ao Barreiro que não são do Barreiro. Apesar de não ter números para provar, certamente serão milhares todos os anos. Sim, e que acabam por gastar aqui também. Essa dinâmica é o retorno que eu considero legítimo e equilibrado para tomar uma decisão enquanto político de perder receita. Portanto, eu perco receita ou incentivo a perda de receita, mas estou a dar à minha cidade um valor superior àquilo que estou a incentivar. E, desse ponto de vista, fico tranquilo com a decisão.

NL - E quais é que são as principais lições que aprenderam com a implementação desta política e as principais mudanças que estão a pensar fazer para melhorar o regulamento

RB - As principais lições? Lições, aprendizagem. Acho que há um grande benefício de nós termos este regulamento em vigor. Benefício, primeiro, a Câmara Municipal do Barreiro está mais perto das empresas, coisa que não estava. E isso é um bem que só pode vir a favorecer a cidade no futuro. Uma autarquia perto das empresas, por muito má que seja a relação, mas que se tínhamos uma relação perto, os resultados são sempre melhores do que a inexistência de relação. Isso é uma aprendizagem gigante e um bem que os barreirenses e a cidade têm de poder ter um canal de comunicação aberto com a desculpa do regulamento de incentivos.

Nós conhecemos hoje melhor o nosso tecido empresarial do que o conhecíamos há dois anos. E isso é importante. Aprendemos também que o resultado de termos um regulamento de incentivos no mercado é sensual, é apelativo, é consensual. O que nos coloca numa posição de negociação com o mundo privado, com o mundo dos investidores, sempre mais favorável e sempre com menos peso para justificar o porquê do investimento na cidade. E que resulta do lado privado, ou seja, é bem acolhido do lado de lá o incentivo que nós damos, juntamente com os incentivos nacionais, se calhar até conseguimos influenciar uma decisão.

Eu acho que o regulamento passou a ser um ator principal daquilo que pode ser o futuro da cidade, mesmo ao nível do equilíbrio orçamental. E temos de olhar mais para micro e pequenas empresas. O nosso regulamento começa num teto de apoio dos 75 mil euros de investimento, com 5 postos de trabalho, o que é muito duro para a generalidade daquilo que nós chamamos de comércio local.

Se eu estou contente com os resultados do regulamento a um nível, se calhar, diferente, estou confiante que temos de fazer mais para a maior parte dos nossos empresários que aquilo que nós vulgarmente chamamos de comércio local e onde não chegamos a apoiar.

Portanto, eu acho que o regulamento é um instrumento que ainda não teve nenhuma adaptação, mas eu acho que, até mesmo por nós fazermos uma avaliação connosco próprios, tem de ter algumas atualizações, algumas adaptações, algum alargamento. Que é o que passado um ano, ou foi logo um ano. Sim, foi um esclarecimento, não foi propriamente um alargar do apoio.

Este caminho tem que ser feito a bem da cidade, porque eu acho que se nós interpretarmos aquilo que é o comércio local, os pequenos e micro empresários do Barreiro, e de alguma forma termos um pacote de incentivos onde os podemos ajudar nas licenças camarárias, onde se eles quiserem investir no próprio negócio, a Câmara consegue incentivar em sede de uma coisa qualquer que ainda não está estudada, eu acredito que os resultados possam vir a ser idênticos àqueles que estava até a falar há pouco da CUF e da SOGENAVE à dimensão, à escala.

Podemos aumentar um posto de trabalho, dois postos de trabalho, e esse é o retorno que a cidade tem. E trazer mais pessoas ao comércio. E trazer mais pessoas ao comércio.

NL - E se responder ao tema, a questão, mais ou menos, quais é que seriam os próximos objetivos e planos para a expansão desta política pública?

RB - É alargar cá em baixo e continuar a credibilizar o regulamento. O regulamento só se credibiliza se tivermos uma cidade dinâmica. O regulamento por si só não é a bala de prata que resolve o problema. E é importante que nós saibamos que este regulamento vive no meio de um conjunto de políticas públicas para ter sucesso. Ou seja, eu tenho de continuar a investir na cidade, tenho de continuar a modernizar a cidade, tenho de continuar a ter resultados na nossa startup, tenho de ter resultados naquilo que é a nossa mobilidade e no nosso espaço público, tenho de estar mais perto de Lisboa, tenho de ser dinâmico, porque o regulamento por si só, fora de um contexto de políticas públicas, não resolve absolutamente nada, pode até ser prejudicial. Portanto, o futuro tem de passar pela consciência dos políticos e dos decisores que este regulamento vive e sobrevive em conjunto com outras políticas públicas. Se este não for o foco, não é pelo facto de termos tido uma boa ideia que vamos colher frutos.

E a política pública tem muito disto, não é? Nada vive isolado, tem que tudo viver num contexto. E neste momento o Barreiro está empenhado em 4 grandes objetivos e isto quer dizer que nós sabemos para onde é que queremos ir. Podemos estar a ir por um caminho errado, podemos estar a ir por um caminho criticado por muitos e que outros poderiam ir por outro caminho, chama-se Democracia e aceitamos, mas enquanto tivermos o privilégio de cá estar...

NL - Quais é que são os 4 grandes objetivos?

RB - Os 4 grandes objetivos é uma cidade de oportunidades onde criar emprego, sermos uma cidade móvel, a nossa mobilidade costuma estar muito no ambiente que nós separamos. Nós somos autoridade de transportes, temos uma empresa que se chama TCB que nos difere também dos demais conselhos, que casa muito bem com o nosso regulamento de incentivos, porque temos uma rede de transportes própria e propriedade da autarquia que, do ponto de vista do privado, eu consigo lhe dizer que o seu trabalhador vai daqui ao centro da cidade almoçar e volta em 10 ou 15 minutos.

Portanto desenvolver a nossa mobilidade, temos uma frota nova, mas outro tipo de incentivos como são os postos de carregamento, a construção de ciclovias, é um eixo onde nós vamos investir muito.

A parte ambiental tem sido muito importante para nós, até porque temos de estar em linha com o que são as diretrizes europeias e temos declarado um combate à descarbonização muito grande, com a retirada de semáforos, o que permite que os carros não estejam muito parados a emitir CO2 para a atmosfera. Tem sido um trabalho gigante, plantação de árvores para resgate de carbono, idem, já plantamos mais de 3 mil árvores nos últimos 4 anos, são muitas toneladas de CO2 que nós não emitimos hoje, que emitimos há 5 anos.

E uma cidade com índices de qualidade de vida, são os nossos 4 eixos: ambiente, qualidade de vida, mobilidade e postos de trabalho. E a qualidade de vida não é um vazio político, não é um chavão político, aumentar os índices de qualidade de vida, tem os outros 3 todos incluídos, e tens acesso à saúde, investimento nas escolas públicas, investimento em habitação, que vai ser outro grande eixo que nós vamos investir.

Portanto, eu diria que o que o Barreiro quer é evoluir nestes 4 eixos, podiam ser outros, os que nós escolhemos e vamos consagrar no PDM são estes 4 eixos.

Onde nós direcionamos o orçamento da autarquia e políticas públicas, onde nós no final de um período de 10 anos, se trabalharmos bem temos de mudar de objetivos, mas estaremos muito mais bem comparados com o Barreiro de 2017.

Portanto, nós entrámos em 2017 com estes 4 eixos, do ponto de vista estratégico, aquilo que foi o nosso caderno eleitoral, e tudo aquilo que nós fizemos de 2017 até o dia de hoje, tem tudo a ver e está tudo encontrado debaixo desta estratégia de 4 eixos que a cidade tem.

É assim que nasce o Regulamento de incentivo ao investimento, porque temos um eixo de apoio à criação de trabalho, é assim que nasce o investimento nos postos de carregamento, no ambiente e na nossa mobilidade, é assim que vão nascer outros projetos, porque o foco é muito simples quando se toma uma decisão, quando tens uma estratégia à frente e não navegas ao sabor do vento, dentro destes 4 eixos nós direcionamos o investimento que temos, captamos outro e tentamos no final do dia fazer com que a política faça sentido, a política só faz sentido se aumentamos a qualidade de vida das pessoas, nós estamos a fazer propriamente gestão financeira de uma empresa, e se a política fizer sentido no fim do dia, estamos prontos para ir embora.

NL - Porquê estes 4 eixos? Qual é o objetivo final, qual é o objetivo para atrair maior população?

RB - qual é o objetivo? Porque na alisando a história é uma perda muito grande de população. 10 mil pessoas desde 80. Porque nós temos este desígnio, a cidade está construída e tem infraestruturas de base para suportar até 100 e tal mil pessoas, 120 mil pessoas para ser mais concreto, e manter os índices de qualidade de vida.

O Barreiro tem um programa de base, que é uma cidade cosmopolita, é uma cidade que tem uma exigência de vivência, como o cidadão da Almada, ou o cidadão do Setúbal, ou o cidadão do Seixal, a diferença é que o Barreiro tem 80 milhões de orçamento e a Almada tem 180. E nós precisamos aumentar a receita, para respondermos de forma mais eficaz à recolha do lixo, para respondermos de forma eficaz às necessidades dos nómadas digitais, porque o nosso orçamento liberta pouco para investimento. E o Barreiro está naquela fronteira em que precisa de mais receita para corresponder aos anseios das pessoas que escolhem a cidade para viver naquilo que é a expectativa do serviço público que a autarquia tem de prestar aos cidadãos de uma cidade. Tu só fazes isto se tiveres receita, quais são as receitas que nós podemos, que nos dizem diretamente respeito a nós? O IMI e a derrama. A derrama é política de trabalho, posso-te dizer uma boa novidade, a derrama este ano aumentou 52%, no orçamento de 85 milhões a derrama representava 400 mil euros, o que é muito pouco, quer dizer que o universo empresarial que nós temos na cidade não gera mais do que 150 mil euros.

Então, olhando para a cidade e ter este desígnio como foco, aumentar os índices de qualidade de vida, temos de ter também a noção que precisamos de verba para continuar a investir na cidade. Aumentar as

receitas da cidade sem prejudicar a nossa qualidade de vida é o objetivo. Então, para conseguirmos chegar a este objetivo, sabemos nós que temos de aumentar receita, temos de aumentar IMT, temos de aumentar IMI, temos de aumentar taxas de construção, são índices que estão a aumentar 2 dígitos há 4 anos, significa que eu tenho mais dinheiro para voltar a investir e para continuar a espiral positiva.

Para chegar onde? Para chegar a uma cidade com mais qualidade de vida do que tinha em 2017.

Eu sei que posso ir até aos 120 mil habitantes sem perder índice de qualidade de vida.

O que é que é sem perder índice de qualidade de vida? As minhas escolas aguentam, os meus centros de saúde estão bem, consegues ir à praia, consegues ter restaurantes, consegues manter aquilo que é o espírito do Barreiro, e este é o caminho positivo que nós temos de fazer, porque sem caminho positivo e sem crescimento, o inverso é definir.

E definir, a câmara perde receita e não tem capacidade de intervir no espaço público. Portanto, nós temos de fazer isto com equilíbrio orçamental e saber para onde queremos ir.

E estou certo, quando atingimos esse objetivo, que o vamos atingir, os executivos da cidade que cá estiverem têm um desafio, que é vamos continuar a crescer ou não.

Porque se nós continuarmos a crescer para além de 120 mil pessoas, o Barreiro é uma cidade muito pequena, a nível de território só pode crescer em altura, temos de perceber como é que nós vamos continuar a crescer e manter a qualidade de vida que o Barreirense está habituado. Podemos tomar aqui uma má decisão, podemos tomar aqui muito boas decisões, mas o desafio atual que nós estamos empenhados.

Este executivo pelo menos, está a passar uma altura em que está a combater a perda de população e a perda de emprego, para conseguirmos chegar a uma espiral mais positiva.

Chegado lá, os desafios têm de ser outros, aliás, é como o regulamento de incentivo, se nós cristalizarmos o regulamento de incentivos por 20 anos, quer dizer que acertámos à primeira, e eu não acredito em coisas que se acertem à primeira, acredito mais na ineficácia daqueles que o geram, não foram capazes de se adaptar e modernizar, e isso diz muito sobre a capacidade que nós temos de ir para o terreno.

E a visão das cidades, quanto mais tempo passa em que estou no cargo, a visão de uma cidade não pode ser a 20 anos. Há muitos teóricos e académicos que acham que temos de ter um plano a 20 anos. Eu não acho, de todo. Acho que a cidade tem de ser vista em períodos de 10 ou 5 anos, porque a vida muda. A vida muda de um ano para o outro. Tivemos vários exemplos na nossa sociedade. Covid, a guerra agora na Ucrânia. Quando não é a guerra na Ucrânia vai ser a inflação, porque quando não é a inflação é o serviço da dívida. Isto é a política que temos. É o mundo em que vivemos. Planeares uma cidade a 20 anos, alguma coisa vai falhar no meio. E não tens o direito de fazer isso às populações que vivem nas tuas cidades, que é dizer-lhes que estás muito bem arrumadinho e tens uma visão a 20 anos da cidade. Porque acho que as cidades têm de se modernizar e adaptar-se cada 5 anos.

Por isso é que os nossos objetivos foram desenhados para 10 anos, eu acho que foi um exagero, mas fomos buscar o Barreiro muito lá abaixo. O Barreiro estava muito estagnado, diz respeito a investimento, não havia investimento na cidade, zero.

E hoje, felizmente, temos projetos imobiliários a investir com alguma qualidade na cidade, temos empresas que escolhem a cidade, temos uma cidade diferente e estamos com uma espiral positiva. Vamos ter a capacidade de encurtar o objetivo da cidade para o adaptar a 4 em 4 anos, ou de 5 em 5 anos.

E eu acho que lá chegaremos, ainda não chegámos lá, estamos longe disto, estamos a passar uma fase de investimento muito duro, com dificuldades económicas próprias do aumento do custo de vida, com o aumento do custo das obras, com a inflação, com os aumentos salariais que o governo está a impor, não está a ser fácil, mas não vamos perder a dinâmica.

Portanto, eu acho que isto são sempre boas notícias para a cidade, acima de tudo fica fácil, e nas empresas é igual, fica fácil quando sabes para onde vais. Sim, quando só tens os objetivos traçados e sabes qual vai. Fica muito fácil, as tuas decisões estão sempre ali. E estiverem todos alinhados. E estiverem todos alinhados, porque a máquina não é fácil, mas temos conseguido resultados e saímos para lá.

NL - Obrigada.